

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 18

Sessão Ordinária

05 de Dezembro de 2016

APROVADA POR MAIORIA.

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/02/2017.

-----**Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis**, pelas **09h30**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2016;-----
- 12** Informação de Correspondência;-----
- 13** Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (APÓS INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO)

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Documentos Previsionais: Orçamento Municipal, Plano de Atividades Municipais; Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal;-----
- **PONTO 3** - Autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais;-----
- **PONTO 4** - Derrama; -----
- **PONTO 5** - Edital relativo aos Benefícios Fiscais a conceder aos proprietários que reabilitem prédios urbanos na Área de Reabilitação Urbana;-----
- **PONTO 6** - Regulamento do horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Torre de Moncorvo – Consulta Pública;-----
- **PONTO 7** - Regulamento para atribuição de bolsas aos alunos inscritos na Escola de Futebol Dragon Force;-----
- **PONTO 8** - Protocolo de colaboração de acompanhamento psicomotor entre o Município de Torre de Moncorvo e a Associação Leque – Repartição de Encargos;-----
- **PONTO 9** – Empréstimo a Curto Prazo 2017;-----
- **PONTO 10** – Concurso de Presépios 2017;-----
- **PONTO 11** – Adesão “EFI – Duero SCEL Cooperativa de Consumo Elétrico”;-----
- **PONTO 12** – Município LED;-----
- **PONTO 13** – Emar – Água e Resíduos de Vila Real – Constituição de Empresa Intermunicipal de Águas;-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Maria de Fátima Salvador Gonçalves;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:** -----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa; -----

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.ª Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.º Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que não justificou a falta;-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo Da Silva Ferreira (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Luísa Maria Pinto Ferreira (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

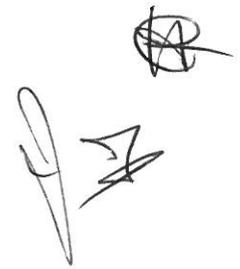
-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Era bom dizer ao Sr. Presidente da Câmara, dado que hoje é especial, gostaria que o Executivo estivesse presente já.-----
Entretanto, para informar os Srs. Deputados de que deram entrada nesta Assembleia, na Mesa da Assembleia, duas moções. Pela sua ordem de chegada:-----

-----**Moção**-----

-----*Voto de Pesar:*-----

“O Partido Socialista nesta Assembleia Municipal formula um voto de pesar ao Professor e Diretor do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Torre de Moncorvo – António Alberto Barbosa Areosa, cidadão moncorvense que faleceu no passado dia 06 de novembro de doença prolongada.-----



Um voto de pesar pela perda irreparável quer para a sua família mas também para o Concelho de Torre de Moncorvo.-----

O Dr. António Alberto Barbosa Areosa teve um papel fundamental na educação deste concelho durante mais de uma década, e participação ativa enquanto deputado da Assembleia Municipal deste concelho.-----

Pelas suas qualidades intelectuais, cívicas e pessoais, constitui o seu falecimento uma grande perda para o nosso concelho.-----

Os membros da Assembleia Municipal, do Partido Socialista".-----

-----**Moção**-----

"Vem pelo presente meio, os deputados do PPD/PSD e CDS/PP desta Assembleia Municipal, solicitar à Mesa um minuto de silêncio e um voto de pesar em memória do nosso Município António Alberto Areosa.-----

Foi no nosso entender uma pessoa que marca uma geração, pelos contributos e ensinamentos que prestou à sociedade Moncorvense em geral. Fiel às suas origens e ideais, serviu a causa pública e associativa, com humildade e espírito de solidariedade.-----

Pessoa simples de trato fácil, difícil de descrever todas as suas qualidades, ficará mais pobre a nossa vila e todos que com ele tiveram o privilégio de lidar e partilhar amizade.-----

Os nossos sentidos pêsames para a família e amigos."-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, Sra. Vereadora, eu vou propor, então, um minuto de silêncio pela morte do nosso amigo e cidadão Moncorvense, António Alberto Barbosa Areosa.-----

-----*Fez-se um minuto de silêncio.*-----

-----**O Presidente de Mesa:** O António Alberto Barbosa Areosa, a quem os amigos chamavam Beto Areosa – como ele era conhecido e gostava de ser tratado – foi durante mais de duas décadas um amigo sempre presente, sempre disponível, sempre solidário. O sorriso sublinhava-lhe a personalidade sedutora que o caracterizava. -----

Em 2009, propus-lhe um desafio, que aceitou de imediato, e que o levou, com alguns dos seus melhores alunos – a quem tanto queria – ao Instituto Gulbenkian de Ciência, nas imediações dos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal. Não me foi possível estar lá a recebê-lo por causa de um compromisso internacional inadiável, mas os comentários que ouvi quando

regressei encheram-me de alegria e orgulho, mas não me surpreenderam. O Beto tinha conquistado não só a equipa de divulgação de ciência do IGC, mas também os investigadores que lhe receberam os pupilos. Ainda hoje no Instituto Gulbenkian de Ciência é dada como exemplo a forma como acompanhou os estagiários, e foram vários que passaram por lá com alunos de várias instituições, desde Bragança, Vila Flor, Oeiras, Lisboa e várias localidades ali ao lado. Beto Areosa foi um homem sedutor, solidário e generoso. Não o esqueceremos.-----
Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Calculava que a memória do Beto Areosa fosse aqui hoje lembrada, por isso, durante estes últimos dias – todos sabem que eu tinha uma relação muito, muito especial com ele. Fiz dois pequenos textos relativamente à sua personalidade e à sua memória, e àquilo que me marcou durante tantos anos. São textos muito intimistas. Pensei maduramente se, de facto, seria o local ideal para os ler (pelo menos um deles), mas vou acabar por ler os dois, considerando que também será uma forma de perpetuar a imagem dele, e a memória dele, já que a partir daqui serão textos públicos, e é a minha forma de elogiar o meu querido amigo. O conjunto é um pouco longo, e peço a vossa atenção.-----

“Beto Areosa In Memoriam”-----

“Perdi um irmão. No primeiro momento, apesar da sua previsibilidade, o coração acelerou e o gelo formou-se mesmo aos meus pés. Nos dias subsequentes desacelerei a minha corridinha e, hoje, recomeço-a com a sensação de o teto ainda estar baixo. Tento desconstrair a mente e começo a pensar que, além deste candeeiro, que me ilumina neste instante, existem outras coisas neste mundo que gira, mas quase sempre em módulo binário: 0101010101. Hoje, descobri que existe morte em mim, ou melhor, que também morri um pouco. É sempre assim, sempre que morre alguém com quem nos identificamos, com quem partilhámos momentos de grande alegria e de grande cumplicidade: morremos. Morremos porque a partir desse momento rastejamos apenas nas sombras da memória, morremos porque, depois dela, os absurdos limites onde caminhamos esgotam-se num bailado de integrações e desintegrações, esgotam-se em “ses” e “porquês” na tentativa de nos libertarmos da dor, morremos porque a perversa morte é também dinâmica e, apenas figura do mundo dos vivos, porque aí, onde és memória boreal não há dualismos limitativos, aí, onde és a nossa angústia densificada não há silogismos, aí, onde és tempo e palavra, não és apenas intervalo de existência.-----

Durante estes últimos dias tudo passou pelo estrangulamento desta clepsidra abissal, as palavras e as lágrimas foram libertadas, as emoções (extravasadas ou não), as diferentes modulações do sentir, a existência, a não existência, o gesto (esboçado ou não), a vida videirinha... tudo, tudo passou pelas barras cronológicas de preenchimento de memória. E, depois desta tempestade emocional, a conclusão é sempre a mesma; tudo se completa com

um “nada sem fim”, que tu atingiste sem uma manifestação de dor, sem um queixume de incompreensão do “outro”, porque o “outro” para ti sempre foi a fórmula para descobrires e manifestares a tua sensibilidade.”-----

“Querido amigo, o rio continua a fluir sem parar. As nuvens continuam baixas, continuam a comover-se pelas emoções acumuladas, e sempre escondidas, no entanto a realidade parece ter outras leis que não se compaginam com estádios de tão grande profundidade por onde passei e que exigem outras gramáticas, outros filólogos, outras linguagens. Agora és éter memorial, és consciência iluminada, mas permaneces na minha opacidade de vazio, regressaste ao princípio dos princípios e eu continuo nesta calote esférica, neste meu mundo pequeno, de pensamento limitado, sem porta para o espaço sideral como o teu, um mundo que roda apenas em torno das teclas do computador a formar palavras, por vezes indecifráveis, e da música libertadora. Os meus enigmas continuam ocultos, e os teus? Procuo desvendá-los através da tua alegria contagiante em todas as viagens notívagas que diariamente faço, mas nunca encontro a porta de saída da caverna desesperante. Só encontro sombras. A televisão, ali ao lado, continua a emitir mensagens de superfícies estagnadas, o grande funil continua a engolir-me diariamente, mas, felizmente, hoje, descobri-te na brisa que vem das bandas do mar, onde és alma vagante, onde navegas livremente, em águas mansas, sem leis nem determinismos genéticos e sociais.”-----

Agora, nas vivências dos lugares, onde já não estás fisicamente, nos espaços geográficos definidos, que ambos conhecemos, em toda a minha árvore de neurónios, salta sempre uma faísca do escuro e nele surge sempre uma força que irradia luz e que gostava de conseguir decompor em símbolos verbais, para depois rasgar, porque seriam sempre incompletos, porque é impossível penetrar nos espíritos que cintilam na noite, como pirilampos, é impossível porque só eles compreendem os mistérios da vida, e são eles, e com a energia neles contida, que nos levam a reinventar o mundo e a compreender os poemas que se libertam do inconsciente. Tu és um desses espíritos e este é um poema para ti que saiu das entranhas do meu ser, já quase esgotado.”-----

Agora, que essa brisa desapareceu, os recortes físicos do Reboredado desapareceram também do meu horizonte. O alheamento distende-se ao longo do meu consciente e nele parece tudo inexistir, tudo parece fundir-se num etéreo resvalado que, lentamente, me enrodilha ainda mais os nervos e me conduz a matérias sempre mais compactas.”-----

Agora, neste preciso instante, numa complexa associação de imagens, sinto que esse teu brilhinho irradia em mim e ilumina este deserto da pedra que chora. Choro, choro de punhos cerrados como sintoma da minha humanidade, choro porque a distância que se ergue entre nós, como um muro, não a consigo resolver com pontes místicas, com realidades fantásticas, nem com outras conceções. Em tempo indeterminado pareceu-me que isso seria possível, mas

não, o pedaço de vazio da existência que agora tenho em mim é um triturador de interiores, futuramente vincar-te-ás noutras memórias mais racionais, porventura, no entanto, gostava que essa tua diáspora, que em determinado momento desejaste, não fosse engolida pela lógica do tempo, que esta memória continuasse a ser vivida, que ela permanecesse registada na lava do meu sentir, na claridade dos átomos desta minha penúltima morte.-----

Nunca pedi nada a ninguém, porque tudo me foi dado, mas peço-te a ti, porque sei que me compreenderás e sei que me ouvirás: ajuda-me, como sempre fizeste, a seguir o serpentear destas águas que, às vezes, vão rio abaixo em canais inimaginados, esta seara ondulante que tu viveste sem falsas semânticas. Fica bem, foram as últimas palavras que te disse, um dia antes de partires, e volto a repeti-las: fica bem, e até sempre.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Assim sendo, então, passamos ao ponto seguinte, ou às outras moções. Peço aos serviços técnicos que a moção lida pelo Sr. Deputado Luís João seja colocada só nesta parte. -----

-----**Moção**-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** *“Em Reunião de Líderes Partidários desta Assembleia, devido às várias queixas apresentadas de forma verbal e pessoalmente aos membros, vem pelo presente requerer à Mesa desta Assembleia um voto de indignação, a remeter à EDP Produção, por causa da falta de resolução nos processos de indemnização resultantes das várias inundações de terrenos agrícolas acima da cota de cheia, na zona da Foz do Sabor.”*-----

-----**O Presidente de Mesa:** Pelos vistos há mais uma moção, da Sra. Deputada Fátima Salvador. Quer lê-la, por favor? -----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Em relação ao Beto, só um pequeno comentário: todos nós conhecíamos o Beto, e não vale a pena falar sobre o Beto. Mas, digovos uma coisa: o Beto, além de tudo aquilo que vocês aqui disseram, foi o maior guerreiro que eu já vi dentro daquele IPO. É só isso que eu quero dizer, um guerreiro que não perdeu a guerra; muito pelo contrário, passou por todas as batalhas, muito difíceis, e eu vi-o passar por elas sempre a rir, sempre bem-disposto, o que é incrível. Onde quer que ele esteja, sabe que nos nossos corações ainda vai doer muito isto.-----

Passando aqui à minha moção, que eu acho que é um bocado extemporânea, porque já venho numa altura em que o Orçamento já está feito, mas não podia deixar de apresentar isto pela

minha Corredoura. Sr. Presidente da Assembleia, queria apresentar esta moção, se possível, à votação de todos os deputados, à integração no Orçamento de 2017 da pavimentação e do arranjo urbano daquela zona da Corredoura. E para isso, fiz aqui uma breve introdução – também vai ser rápido, que eu sou rápida. -----

-----**Moção**-----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** *Há uma necessidade urgente de proceder à pavimentação de todo o terreno em volta do S. Sebastião, mostra-se a necessidade de proceder à pavimentação, asfalto e arranjo urbanístico do Bairro da Corredoura, do Carrascal e do S. Paulo. Solicito a V. Exa., o Sr. Presidente da Assembleia, que seja a mesma posta à votação, e ficando à consideração dos Srs. Deputados, ainda podendo ser possível entrar neste Orçamento de 2017. E eu faço aqui uma pequena introdução à Corredoura.*-----

“Há uma necessidade urgente de proceder à pavimentação de todo o terreno em volta do S. Sebastião, mostra-se a necessidade de proceder à pavimentação, asfalto e arranjo urbanístico do Bairro da Corredoura, do Carrascal e do S. Paulo. Solicito a V. Exa., o Sr. Presidente da Assembleia, que seja a mesma posta à votação, e ficando à consideração dos Srs. Deputados, ainda podendo ser possível entrar neste Orçamento de 2017. E eu faço aqui uma pequena introdução à Corredoura.-----

“Da Real Feitoria do Cânhamo (1617), à Fábrica de Sabão, a zona Corredoura, ou Querdoira, foi o Bairro-Aldeia de Moncorvo até aos anos sessenta, ainda hoje se diz por lá “vamos à Vila”. A Corredoura ajudou a descobrir o mundo nos descobrimentos, dali nasciam as cordas que haviam de levar Portugueses a atravessar os oceanos, tal como o nome indica, das cordas ficou a Querdoira. Presentemente na zona da Corredoura ainda se abrem as janelas para o mundo de tantas crianças e jovens através das escolas ali situadas.”-----

Atrevi-me a escrever aqui um excerto do Sr. Rogério Rodrigues, Dr. Rogério Rodrigues (que ele não gosta que o chamem de “doutor”), em que ele diz assim, num blogue que fez aqui há uns tempos:-----

“Como é que na Corredoura que se reserva e preserva a cultura profunda, a mais profunda, de um povoado, servindo a Praça, não só como instrumento de vaidade de doutores, terreno de funcionários públicos, mas sobretudo, como o centro do Poder, opressor e gratuito. E a Corredoura é do contra. E não deixa de ser curioso que, à minha semelhança, muitos dos que aqui estão presentes, tenham aprendido as primeiras letras na Corredoura. Na minha infância chamávamos-lhes os índios, ainda a distinção social dos bairros era tão acentuada e a Corredoura uma reserva de homens pobres mas livres.”-----

Faço aqui uma pequena justificação em relação ao que estou a propor para que seja votado:---

“1. É urgente arranjar o pavimento entre a Capela do S. Sebastião e os dois Carrascais, concretamente a Rua de Baixo e o Largo do Ferreiro. Tornou-se um perigo para os idosos, casais jovens com bebés pequenos que não podem ser transportados em carrinhos para o efeito, pessoas com mobilidade reduzida, etc. Note-se que a maioria da população não só é idosa, mas também jovem pois as rendas de casa são mais acessíveis e estes bairros tornam-se locais escolhidos para quem está a iniciar a vida familiar.-----

2. Recolha de lixo e aumento de número de contentores (eu trouxe aqui umas fotos, uns registos fotográficos que podem ver).-----

3. Existem várias casas abandonadas / degradadas cheias de lixo e bicharada que põem em causa a saúde pública, de salientar a Escola Secundária, a escassos metros dos locais a que me refiro.-----

4. No S. Paulo, em frente à Escola Preparatória, é urgente a pavimentação do parque de estacionamento, bem como o acesso deste bairro ao do Santo Cristo, acesso esse em que nem sequer conseguem passar dois carros, mas é a única alternativa para sair do Bairro de S. Paulo.”-----

Trata-se de limpeza, higiene, trata-se de casas abandonadas, degradadas. Portanto, eu sou breve, Sr. Presidente, mas isto é uma urgência para a Vila de Moncorvo. Eu trago aqui algumas fotos, quem quiser ver, quem não vá ao Carrascal há muito tempo, eu posso passar, porque não tirei fotocópias, não tenho possibilidades para tal.-----

Está apresentada a minha moção.-----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigada, Sra. Deputada. Relativamente à questão das fotos, pode enviá-las para os serviços da Assembleia, que eles tratarão de divulgá-las (em formato digital, obviamente) por e-mail para todos.-----

Há tempos para tudo, a própria Bíblia o diz: há tempo para morrer, tempo para viver, há tempos de tristeza, há tempos de preocupação, e há tempos de alegria. E às vezes, há um tempo que tem tudo isto, que é o tempo de agora. É um momento de tristeza, um momento de preocupação, há também um momento de alegria, porque todos nós obviamente estamos satisfeitos e alegres com a notícia de que foi assinado definitivamente o contrato da MTI, e portanto, é a vida representada nesta própria Assembleia.-----

Eu vou pôr, então, à votação as moções. Segundo me foi feito chegar, a moção de pesar pelo nosso município António Alberto Areosa, a intenção dos três Líderes dos Grupos Parlamentares é para que seja uma moção única. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou **por unanimidade, aprovar que seja uma moção única.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à votação que é subscrita pelo deputado Luís João, vamos proceder á votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por unanimidade, aprovar.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à moção apresentada pela deputada Fátima Salvador, eu gostaria de fazer aqui uma pequena introdução: a questão do Orçamento é um pouco extemporânea nesta altura, porque o que vai ser votado é o Orçamento tal qual é apresentado pela Câmara Municipal; a Assembleia Municipal não tem poderes para alterar. Alguém quer intervir? Faça favor, Sr. Deputado.-----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos.-----

Em relação à proposta da deputada, que referiu neste momento, o meu sentido de voto vai ser contra, uma vez que há pontos que são da responsabilidade da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, nomeadamente o arruamento da parte da Corredoura. E esse arruamento, uma parte dele, faz parte do Orçamento da Junta de Freguesia para o próximo ano. Nesse sentido, eu vou votar contra essa proposta porque não está delineada. Ou seja, é uma proposta com quatro pontos, pelo que eu entendi, e existe da minha parte alguma concordância com alguns dos outros pontos. Se for separada, posso alterar a minha posição de voto; senão, terei que votar contra.-----

E também tenho trinta e seis anos, e sempre me lembro da Corredoura assim, infelizmente. Nós estamos cá há três anos e, vamos tentar requalificar o espaço envolvente – nós, Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, porque é da responsabilidade da mesma – vamos tentar, por fases – porque também o nosso Orçamento é muito reduzido – compor aquilo que estiver ao nosso alcance.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sra. Deputada, não podemos entrar em diálogo.--- Peço desculpa, as pessoas terão que se inscrever. Faça favor Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. -----

Vamos falar diretamente nesta moção, nesta proposta: os deputados têm o seu tempo, para se discutir o Orçamento e para se ver o que nele se põe. Entretanto, isto não pode ser uma proposta para colocar na execução do Orçamento, mas sim uma advertência à Câmara, uma chamada de atenção para que de futuro, ou numa revisão, ou noutra documento, se possa colocar estas obras, ter em atenção isso. E aí a proposta seria uma recomendação à Câmara



para que, no futuro, e em próximas revisões, pudéssemos ter estas obras incluídas em primeiras prioridades, se assim a Câmara o entender, e nós entendemos. -----
Portanto, votarei esta posição desde que seja uma recomendação à Câmara, porque é o que é o legal. De resto, não podemos dizer que seja colocada neste Orçamento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Concordo com o que acabou de dizer o membro da Assembleia, Sr. Salema, votarei no mesmo sentido. E tenho só a dizer a todos os membros que existe uma nova ferramenta neste Município, que é o chamado Orçamento Participativo, que propostas como estas encaixam perfeitamente nesta nova ferramenta.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Tem de ser muito breve, Sra. Deputada.-----

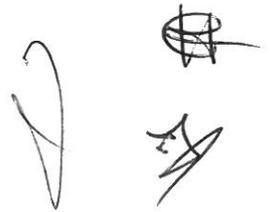
-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Sr. Salema, obrigado pela sua aula de Assembleia, que tem mais anos disto do que eu. Pode ser extemporânea, pode ser ilegal, como o senhor lhe chama, esta moção, mas é a primeira vez que eu me sento aqui como efetiva; tenho sido sempre deputada suplente, e portanto, não sei a quantas ando, a não ser pelas atas, que estão mesmo muito atrasadas. -----

Penso que se houver bom senso, penso que se houver vontade de todos, poderá a Câmara Municipal fazer uma retificação ao Orçamento e arranjar, como prioridade, a Corredoura e o Carrascal. E se vocês quiserem ir lá hoje todos dar uma volta, saímos daqui, vamos tomar um café, não só à pizzeria, mas mais à frente. Obrigado, Sr. Salema.-----

Quanto ao Sr. Deputado Luís João, pronto, também não tenho nada a dizer, porque repetiu o que disse o Sr. Salema.-----

E quanto ao Sr. Presidente da Junta de Moncorvo, eu não sabia que a Junta de Moncorvo tinha no Orçamento verbas para a Corredoura e para o Carrascal; sabia que tinha para a Capela, para S. Sebastião. Para os arruamentos, não sabia. Portanto, daí uma responsabilidade também da sua parte, já que conhece a Corredoura há trinta e seis anos e sabe que está igual.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Por favor, não vamos entrar em diálogo. Sra. Deputada, há uma questão a que não respondeu, porque o Sr. Deputado Alves Salema fazia a proposta de que a sua moção fosse uma recomendação, em vez de uma proposta de votação.-----



-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Sim, mas não é uma recomendação, é uma moção. Aceite ou não aceite, fica uma moção. Obrigada, Sr. Salema, mas vai ficar na mesma uma moção. Como independente, eu estou aqui a falar como independente. Com licença.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 2 votos a favor, 7 votos contra e 16 abstenções, **não aprovar a moção.**-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos.-----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à Apreciação e votação da ata.-----

1.1 Ata n.º 16 da Sessão Ordinária realizada em 26 de Setembro de 2016.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a esta ata, há aqui uma situação que eu gostaria, quando o Sr. Presidente depois pudesse intervir, em nome do Executivo, que explicasse algo que para mim não ficou muito claro. Na última reunião tínhamos uma proposta de regulamento das bolsas a atribuir para o Dragon Force, e a proposta do Sr. Presidente, que foi a que foi votada – e até foi contestada na altura, não vem na ata, mas todos os deputados que estiveram presentes se lembrarão por que é que eu aceitei essa proposta, seria de que no próprio dia, ou nos dias subsequentes, fosse enviada aos Srs. Deputados a correção, a versão corrigida, porque nós estávamos a votar um documento que não era aquele que estava em cima da mesa. Esse documento não foi enviado. Eu pedi aos serviços para o enviarem, disseram-me que estava em discussão pública, e portanto, não podiam enviar. E portanto, eu fiquei sem saber o que fazer em casos futuros, quando houver um documento que não esteja correto, o que é que eu devo fazer, se efetivamente admitir que a correção vai ser feita e é executado exatamente aquilo que é votado e aprovado nesta Assembleia, ou se pura e simplesmente o recuso e vem para o período seguinte.-----

Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 21 votos a favor, e 4 abstenções (dos deputados: *Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)*, *Mauro Xavier Cristão Gabriel (Coligação PSD/CDS)*, *Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS)* e *Ademar Augusto Rodrigues Alves (PS)*), **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números 140 a 170 de 2016, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Prime Traditions** – Dá a conhecer a sua empresa no ramo da exportação e distribuição de produtos tradicionais portugueses;-----
- ✓ **Celestino Ruivo** – Eventos de Energia Solar – Informa dos próximos eventos a ocorrer relativamente à energia solar;-----
- ✓ **Deputado Luís Ricardo Rebouta Ferreira** – Pedido de substituição;-----
- ✓ **Deputado Luís Miguel Meneses Macedo** – Pedido de substituição;-----
- ✓ **Deputado Mauro Gabriel** – Pedido de substituição;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Deputada Maria Vitória Andrade Lázaro** – Pedido de substituição;-----
- ✓ **Deputado Ademar Augusto Rodrigues Alves** – Pedido de substituição;-----
- ✓ **Deputado Luís Dias** – Justificação de falta;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Jornal do STAL**-----
- ✓ **Assembleia da República** – Peça do mês de outubro de 2016;-----
- ✓ **Boletim Empresarial** – Newsletter de setembro;-----
- ✓ **Empresa “JB Equipamentos Industriais, Lda.”** – Detetores de metais e localizadores de cabos elétricos;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Rota das Arribas do Sabor;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;-----
- ✓ **Boletim da Assembleia da República** – Mês de novembro;-----
- ✓ **Boletim Empresarial** – Informação;-----

- ✓ **Despacho – Luto Municipal** – Envia o despacho relativamente ao Luto Municipal devido ao falecimento do Dr. António Alberto Barbosa Areosa;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Bruno Pereira** – Empresa Growin Gold;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Pedido de informação relativamente à nomeação dos representantes da Associação de Municípios do Baixo Sabor na Comissão de Acompanhamento Ambiental;-----
- ✓ **Município de Bragança** – Agenda Cultural 2016;-----
- ✓ **Associação Nacional de Municípios Portugueses** – Convenção Nacional;-----
- ✓ **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte** – Ata n.º 38;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta de Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Alteração da data da Reunião de Câmara;-----

Convites:

- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Cerimónia de Abertura;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Comemoração do Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja e na exposição sobre cogumelos silvestres;-----
- ✓ **Assembleia da República** – Exposição de fotografia “Rostos de Timor” de António Cotrim;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Workshop – Cogumelos silvestres;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Lançamento do livro – Biografia “Ten. General Alípio Tomé Pinto – O Capitão do Quadrado”.-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), **António Alves Salema** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS),. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Bom dia.-----

Na última Assembleia, houve uma apresentação por parte do Sr. Presidente da Assembleia de um vídeo e áudio de um trecho de uma entrevista do Sr. Presidente do Município, em que eu, como não se ouvia bem, e gostava de ter conhecimento, interrompi por duas vezes, porque não se percebia, pelo que quero apresentar as minhas desculpas aos restantes membros da

Assembleia. Mas, de certeza, sem qualquer problema, pois já puderam ler na íntegra a mesma, visto esta se encontrar vertida na totalidade na ata agora aprovada. -----

Ao Sr. Presidente da Assembleia tenho a dizer que não volto a admitir que se insurja para mim no tom agressivo que o fez, em desrespeito, quer para mim, quer para a própria Assembleia. --- Mais: após conversa com outros membros desta Assembleia, foi falado que aqui neste local todos temos direitos iguais, pelo que fica a ideia, a recomendação, o alerta, como quiser interpretar, que o Sr. Presidente, e muito bem, que conduz os trabalhos das sessões com base no Regimento aprovado, também nas suas intervenções o deverá fazer, sendo o Secretário a dar-lhe a palavra e controlar o seu tempo utilizado, pois as regras aqui são iguais para todos.--- Muito obrigado. É tudo o que tenho para dizer.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado, fica registado. E se se sentiu ofendido pela minha intervenção, peço desculpa. Relativamente ao tempo, foi controlado, eu tive o cuidado de o controlar, e não excedi o tempo que é normal.-----
Sr. Deputado Alves Salema, se faz favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Aqui já se falou levemente no contrato de exploração do minério, mas eu queria congratular-me com a assinatura do contrato de exploração do minério de Moncorvo, assinado na passada semana em Lisboa. Um ato destes, seria mais relevante que se tivesse efetivado no nosso concelho, como é lógico, mas o que interessa foi ter-se dado este pontapé de saída. Vamos ver se isto vai passar a uma realidade. Escusado será dizer o que de benéfico será para o nosso concelho, mas também para a região e para todo o país.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses, faça favor.-----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** Bom dia.-----
Eu concordo com o que foi dito pelo Sr. Deputado Alves Salema. Gostaria era de questionar o Município, neste caso o Sr. Presidente da Câmara, e irmos mais longe, ou seja, sabermos quais são os próximos passos que se vão seguir, e se há alguma informação da parte do Executivo para que também possa esclarecer a Assembleia e os munícipes de Torre de Moncorvo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos entrar no ponto seguinte, ou seja, vamos entrar no Período da ordem do dia.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bom dia. Cumprimento a Mesa e também o público presente aqui.-----

Quero referir que existe um programa já aprovado pela própria Assembleia Municipal, que se chama PARU, que visa a requalificação urbana da sede do Concelho de Torre de Moncorvo, onde estão integrados os Bairros do S. Paulo, o Bairro do Santo Cristo, o Bairro da Corredoura, o centro histórico e a zona de expansão, ou seja, a zona Nascente onde está implantado o estádio. Basta uma leitura atenta desse mesmo contrato já assinado, e cujo valor é de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€), para sabermos as intervenções e as requalificações urbanas que irão ser feitas. Obviamente, a Câmara Municipal não se poderá intrometer em competências que são das próprias Juntas de Freguesia.-----

Quero referir também, neste relatório da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia de hoje, gostaria de salientar a apresentação do livro “Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo – História e Património”, da autoria da Prof.ª Dra. Adília Fernandes, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia; também a apresentação do livro “Ten. General Alípio Tomé Pinto – Capitão do Quadrado”, da autoria de Sarah Adamoupoulos e Alípio Tomé Pinto, bem como a realização da exposição que o Município de Torre de Moncorvo fez sobre a vida do Tenente General Alípio Tomé Pinto. E aproveitou-se também para, em breves trechos, fazer uma homenagem, se bem que singela, à comemoração dos quarenta e um anos do 25 de novembro de 1975, aproveitando a presença do General Ramalho Eanes.-----

Saliento também o certificado de qualidade atribuído pela Federação Portuguesa de Natação à Escola Municipal de Natação de Torre de Moncorvo; a entrega dos manuais e códigos de acesso à Plataforma “Escola Virtual” no Agrupamento de Escolas – este foi um passo decisivo para acompanharmos e termos as ferramentas para os nossos alunos acompanharem o que de mais evoluído há nesta área da educação. A implementação do Projeto “Mais vida ativa”, acompanhamento psicológico e neuropsicológico dos idosos nas IPSS’s; a implementação do

projeto “Teleassistência” já no terreno, com a colocação dos equipamentos fornecidos pela Cruz Vermelha em idosos referenciados no concelho; a atribuição de habitações sociais decorrentes do procedimento concursal aberto a todos; e a preparação da candidatura ao ICNF de uma Equipa de Sapadores Florestais. Estas são aquelas que eu saliento do rol de ações que aqui estão.-----

Quero dizer também que estava convencido que a proposta que eu tinha feito de enviar o regulamento aos Srs. Deputados tinha sido feita, e vou aqui dizer publicamente que não vou admitir mais aos serviços que o que é proposto nesta Assembleia não seja executado no dia e na hora que foi previsto. E se eu tinha dito “no dia seguinte”, era no dia seguinte. Não vejo justificação para não ter sido enviado; aliás, eu pensei que tinha sido enviado. De qualquer forma, está novamente agendado, e já com a consulta pública terminada. Independentemente de haver, ou não, mais sugestões, as sugestões que aqui haviam sido votados deviam ter ido para os Srs. Deputados. E espero não voltar a repetir esta situação.-----

Quero informar também que foi assinado o contrato definitivo para a exploração de ferro, se até agora estávamos dependentes de licenciamentos das entidades, nomeadamente da Direção Geral – de uma série de Direções Gerais, não era só uma – e da própria assinatura do membro que tutela esta área (neste caso, Secretário de Estado da Energia), com a assinatura do contrato definitivo, ficou agora nas mãos do promotor desenvolver a sua atividade. O que foi assumido, e que está caucionado em termos de um montante bastante elevado, é que no período de dezoito meses terão de ser iniciados os trabalhos. Mas, como eu disse, neste momento estaremos aqui numa fase pré-inicial, mas que não convém também darmos muito alarido. Ou seja, é uma situação que é boa para o concelho, é boa para o distrito, oxalá é que se concretize. E eu recordo aqui as palavras, que está ali o Sr. Eng.º Alves Costa, que numa Reunião de Câmara disse: “Vamos com calma com isto, porque agora quanto menos alarido fizermos, melhor.” E esta é a situação. O que podemos dizer neste momento é que o contrato definitivo foi assinado. É verdade que a cerimónia de assinatura estava prevista para ser neste Salão Nobre, com os membros do Governo que foram indicados na altura, só que situações da semana passada, como souberam, urgentes, impediram que isso fosse feito. De qualquer forma, o que me disse o Sr. Secretário de Estado da Energia é que viria explicar o projeto, e toda esta situação, aqui a Torre de Moncorvo. Aguardamos o agendamento pela tutela.-----

Vou falar também da situação financeira a 30 de novembro de 2016. Se bem se recordam, no primeiro Orçamento que apresentei, tínhamos um saldo do período com um défice de cerca de vinte e três milhões de euros (23.000.000€); estamos agora com um saldo do período de dez milhões, seiscentos e vinte e cinco (10.625.000€), sendo que grande parte é de empréstimos de médio e longo prazo. Neste momento, só do empréstimo de saneamento financeiro, que termina em 2021, são nove milhões, quatrocentos e setenta mil (9.470.000€), o que quer dizer

que fizemos um percurso de amortização da dívida – e como verão no próximo Orçamento, também consta, para além dos pagamentos a que estamos obrigados, uma amortização de cerca de dois milhões de euros (2.000.000€). -----

Portanto, não aparecemos nos melhores, nem nos piores, e aparecemos com uma capacidade de endividamento de um milhão e quase quatrocentos mil, quero dizer-vos que no ano passado, por esta altura, estávamos com cerca de dois milhões, cento e setenta e três mil (2.173.000€) negativos na folha da DGAL; estamos com um milhão e quatrocentos mil (1.400.000€) positivos, neste momento. Foi feito um percurso de sensivelmente três milhões de euros (3.000.000€). -----

Esta era a nota que vos queria deixar. No Orçamento explicarei mais algumas situações, mas neste ponto, ficaria por aqui, e esperava pelas vossas questões.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu fico satisfeito que não tenha havido uma intenção clara da Câmara Municipal – aliás, nem haveria razão para o fazer, relativamente ao ponto em referência, até porque isso deixava-me com um problema muito grave: é que sempre que houvesse um erro, eu não sabia o que é que haveria de fazer, porque obviamente o que é compromisso tem de ser cumprido. E veremos que isso, curiosamente, vai refletir-se já no ponto seguinte. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a “Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município”**.-----

PONTO 2 — DOCUMENTOS PREVISIONAIS: ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Lopes (PS)**, **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS)**, **António Alves Salema (PS)** **José Carlos Meneses (Coligação PSD/CDS)** e **António Manuel De Castro Gonçalves (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não sei se algum dos Srs. Deputados pretende que estes itens sejam votados separadamente, analisados separadamente, ou se podem ser, tal como foram propostos pela Câmara, todos num único. Alguém se opõe a que seja tudo num único?-----
Ora bom, nem de propósito, Sr. Presidente, há um erro no documento que é enviado sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, na página 35 (é um erro formal), e que diz que é enviada para a Assembleia Municipal a proposta de Orçamento para o ano de 2016. Ora, obviamente que será o ano de 2017. E eu peço-lhe, obviamente, que não seja hoje, mas na próxima reunião, dado que tem todas as assinaturas dos seus Vereadores, que este documento seja corrigido, seja enviado a todos os deputados, e nós vamos dar como certo de que a proposta das Grandes Opções do Plano será para 2017, como obviamente nem faria sentido de outra forma.-----

Relativamente a isto, eu queria fazer uma pequena introdução. O Orçamento deste ano é uma espécie de exame final. Os estudantes têm normalmente as notas dos períodos, e que pode haver de um período para o outro recuperação, exceto no último período; esse é definitivo. Este é o último Orçamento que nós vamos votar, não há mais nesta Legislatura e com esta composição da Assembleia Municipal. E por isso, acho eu, merece uma atenção especial. -----
Eu estive a olhar para ele; pedi aos serviços, eles foram muito diligentes, que enviassem este documento o mais cedo possível para dar tempo às pessoas para o analisarem. Gostaria que outros documentos que vieram a esta Assembleia tivessem vindo também com mais algum tempo, é um pedido recorrente que eu tenho vindo a fazer, porque é muita documentação, as pessoas não são deputados municipais a tempo inteiro, têm os seus afazeres, e às vezes não é fácil fazerem uma análise completa. Eu acho que o Sr. Presidente solicitou o apoio técnico da Câmara Municipal, eu não quero voltar, ou não quero “malhar em ferro frio”, mas há uma questão que eu não posso deixar de referir. Na última reunião tivemos aqui uma apresentação do Revisor Oficial de Contas sobre a questão da contabilidade analítica; é evidente que a contabilidade analítica muito ajudaria à análise do Plano e Orçamento. Nós podemos ver um item que diz “Diversos”, na parte de despesas de capital, e que em 2015 foi um valor relativamente baixo, em 2016 foi um valor muito elevado, agora para 2017 é mais baixo. Em boa verdade, como é que os deputados poderão ajuizar da justeza? Foi demasiado num ano? Foi curto noutra? Adequado para o próximo ano? A contabilidade analítica teria resolvido este aspeto. -----

Mas, há um item que eu tenho, efetivamente, de referir: já o referi em privado, mas dei-me ao cuidado de analisar a evolução das despesas correntes e despesas de capital para as associações – que na prática é para a Associação de Municípios do Douro Superior – desde o



ano de 2012 até ao previsto para o ano de 2017. E por quê 2012? Mais à frente, se tiver oportunidade, poderei dizê-lo, dado que poderia ir ver mais atrás. E há uma evolução enormíssima nas despesas de capital – de capital – e que, em 2014, 2015 e 2016 ultrapassaram um milhão de euros (1.000.000€), e este ano quase se aproximam de um milhão de euros (1.000.000€). E eu acho que uma palavra do Sr. Presidente relativamente a isto deveria explicar-nos a razão de ser destes valores que sobressaem dentro do Orçamento.-----
Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Em primeiro lugar, peço desculpa à Assembleia Municipal por esta gralha, de “2016”; aliás, tem “2017” em todas as páginas, e depois “2016”, percebe-se bem. -----

Muito bem, o Orçamento e os documentos previsionais têm por objetivo prosseguir uma estratégia de rigor e controlo das finanças da autarquia, de modo a garantir a manutenção da saúde financeira do Município, cumprindo o limite de endividamento da dívida, no sentido de garantir uma tesouraria saudável, prazos médios de pagamento reduzidos e fundos disponíveis positivos, em cumprimento com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o desenvolvimento sustentável e harmonioso do Município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, criar as condições para a continuidade da realização de projetos municipais, tirando o máximo de aproveitamento das oportunidades de financiamento de fundos comunitários, continuar a promover a revalorização e requalificação do concelho, nomeadamente, através da realização de intervenções que melhorem a qualidade de vida urbana no Município e que valorizem o património, é importante também fomentar a atração turística do concelho, manter e consolidar a dinâmica cultural e desportiva do concelho, promovendo e apoiando o importante papel do movimento associativo, dar continuidade ao trabalho no âmbito da solidariedade e desenvolvimento social, procurando encontrar respostas sociais mais adequadas, defendendo sempre a existência e melhoria dos serviços públicos, fomentar as potencialidades das novas tecnologias e o uso das plataformas online para aproximar a administração dos cidadãos e promover a existência dos serviços municipais.-----

Os documentos previsionais, Grandes Opções do Plano e Orçamento, regem-se, como sabem, pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que toca aos princípios orçamentais e contabilísticos de regras previsionais. -----

As Grandes Opções do Plano definem as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia para 2017, e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes, ou designadas por Plano de Atividades Municipais. O PPI destaca todos os projetos

de investimento, e enquanto o PAM explana toda a despesa com as atividades que o Município vai desenvolver.-----

As orientações que foram seguidas para este ano de 2017 são as seguintes: entendemos como ponto de partida que este Orçamento para 2017 é extremamente positivo, uma vez que o Município de Torre de Moncorvo apresenta os seus documentos previsionais sem pagamentos em atraso – e volto a frisar, sem pagamentos em atraso – com prazo médio de pagamento a fornecedores a baixar de uma forma continuada e sustentada, aproximando-se hoje de quinze dias. Em dezembro de 2013, estávamos nos cento e trinta e sete dias; hoje estamos a pagar em quinze dias. A dívida total está devidamente controlada, e como disse, é maioritariamente de médio e longo prazo, com empréstimos a bancos feitos, alguns, em 2013, ainda no anterior mandato. Já temos uma razoável capacidade de endividamento, uma vez que de acordo com a ficha do Município do terceiro trimestre de 2016, a margem disponível de utilização é de um milhão, trezentos e doze mil, quatrocentos e cinquenta e dois (1.312.452€) – iniciámos também com cerca de três milhões (3.000.000€) negativos.-----

Relativamente às principais orientações que acompanharam a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 em matéria de despesa, salientamos as seguintes: o ano de 2017, face às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020, vai ser o início efetivo – já com três anos de atraso, obviamente – de um novo período de programação da política da coesão da União Europeia, que se prolongará até 2020. Destacamos a necessidade de prosseguir com a revisão do PDM à luz da nova Legislação, assim como o lançamento da requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado. Só nesta candidatura, que está devidamente aprovada, foi lançado agora o procedimento para o projeto, são dois milhões e meio (2.500.000€), acrescidos de IVA, para o Município. E por isso, vão perceber também por que é que o Orçamento deste ano aumentou em cerca de três milhões (3.000.000€) em relação ao ano passado: é que, contratualizados, temos cerca de seis milhões de euros (6.000.000€), se bem que o grande bolo são os dois milhões e meio (2.500.000€), mais IVA, que serão canalizados para a requalificação da Escola Dr. Ramiro Salgado. -----

Mas, também a continuação da reparação das habitações do Bairro do Santo Cristo, da Fonte de Carvalho, e os blocos habitacionais do ex-GAT. Este ainda não está em plena execução porque, em termos gerais, digamos, ainda tínhamos o registo de terrenos rústicos, e não de terrenos urbanos. E estes são elementos essenciais para a qualificação urbana que pretendemos desde já lançar. -----

A continuação e o reforço da política de descentralização com as freguesias do concelho, com a assinatura de acordos de execução para a recuperação da rede viária municipal, estimulando a sua melhoria e renovação. Já foram aqui assinados alguns; esperamos ter capacidade para assinar com as demais freguesias. A intervenção em matéria de eficiência energética, na

iluminação pública – e hoje têm aqui dois documentos importantíssimos, nomeadamente a integração numa cooperativa, para poder comprar diretamente eletricidade, e também o chamado “Município LED”, que também faz parte destas Grandes Opções do Plano. Mas, também a intervenção em diversos equipamentos municipais para a eficiência energética, nomeadamente as piscinas, a Biblioteca Municipal, o centro escolar e o cineteatro.-----

No que toca ao PARU, que já aqui referi, o Plano de Ação para a Regeneração Urbana, destacamos as intervenções previstas na reabilitação do Mercado Municipal, com cerca de trezentos e vinte mil euros (320.000€) aprovados, a Sinagoga, Centro Interpretativo de Cultura Judaica, e os arranjos urbanísticos do Bairro do Santo Cristo, que já estão a decorrer. -----

Para o Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), prevemos a criação, construção e requalificação de corredores pedonais, rampas de acesso e incremento de módulos suaves para acesso aos passeios e corredores pedonais. Esta intervenção decorrerá no centro histórico, na zona da Corredoura, no Bairro do Santo Cristo, na zona desportiva, no Lugar do Prado, e na malha urbana de Torre de Moncorvo. A revalorização do Parque Urbano e Casa do Chá (primeira fase), que já teve o seu início – quando estávamos a elaborar o Orçamento ainda não tinha tido – já teve o seu início, uma vez que o contrato de adjudicação, bem como o financiamento, já estavam assegurados. Estamos a falar de qualquer coisa como cerca de trezentos mil euros (300.000€). A EcoXXI – Amianto Zero, esta ação também teve já o seu início no mês de setembro com a execução, levantamento e substituição de todas as coberturas dos blocos habitacionais do Santo Cristo – há quarenta anos que não se fazia qualquer obra; já teve esse início, e o seu término está para breve. Retiraram-se as placas de fibrocimento, permitindo ao nível da habitabilidade melhores índices de conforto, bem estar e saúde dos que neles habitam.-----

No que toca ao património cultural, destaca-se a execução do Museu do Castelo, também com um financiamento já assegurado de cerca de seiscentos mil euros (600.000€), e que esperamos, logo que o Tribunal de Contas também dê o seu parecer, poder iniciar. Aqui só para dar uma ideia do que será o Museu do Castelo, numa primeira fase tem que se construir um espaço coberto e fechado, onde as próprias estruturas funcionarão como elemento de exposição, e serão complementados com material arqueológico mais importante recolhido e exposto em vitrinas, estas ao nível da entrada. Ao nível da cobertura destas estruturas, têm várias condicionantes, face ao local onde se localizam, ter o mínimo impacto possível na paisagem urbana, proporcionar a continuidade do espaço público, sem cortar as vistas da paisagem envolvente, e constituir um espaço museológico que devolva aos habitantes locais e visitantes o conhecimento do castelo, criando as condições necessárias para a sua manutenção e preservação sem grandes recursos. Esta parte foi em parceria com a CCDR, e também com a Direção do Património. -----



Dar continuidade à programação letiva da Escola Municipal Sabor Artes, equipamento municipal que anualmente promove a aprendizagem em vários instrumentos musicais, danças, coros e práticas de conjunto; dinamizar, através da Biblioteca Municipal, as diversas atividades de promoção de leitura dirigidas à comunidade escolar; e o Município manterá o necessário apoio administrativo, logístico, organizacional, psicológico e jurídico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo, que para nós também é muito importante. -----

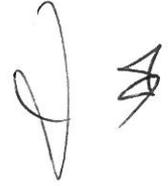
Manter-se-á o envolvimento do Município em parcerias institucionais, como acontece no caso da Rede Social, do Rendimento Social de Inserção, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, das IPSS's ... (intervenção inaudível). -----

Por outro lado, o Município Torre de Moncorvo, mantendo-se atento ao envelhecimento da população, bem como às situações decorrentes desta realidade, nomeadamente o aumento da esperança de vida e fluxo migratório, procurará dar continuidade ao desenvolvimento e dinamização das ações que proporcionem bem estar e qualidade de vida. Neste sentido, irá continuar a investir na implementação de medidas tendentes ao combate do isolamento social a que estão expostos as pessoas idosas. Assim, foi iniciado o projeto piloto da "Teleassistência", de que já aqui vos dei conta, que assenta num trabalho em parceria entre o Município de Torre de Moncorvo e a Cruz Vermelha Portuguesa, que consiste num inovador serviço telefónico de apoio concebido para dar uma resposta personalizada e imediata em qualquer situação de urgência e emergência, insegurança, solidão ou isolamento. De igual modo prevê-se para 2017 o arranque do Banco do Medicamento. O Banco do Medicamento irá funcionar de uma forma muito simples, que será: todos os idosos que tenham um rendimento inferior ao IAS – que neste momento está em quatrocentos e dezanove euros (419€) – terão comparticipação nos medicamentos a título gratuito, ou com uma taxa máxima de seis por cento (6%).-----

Cabe aqui também, de uma forma particular, dar realce a que em 2017 esperamos dar continuidade e funcionamento ao Banco dos Bens Doados. Recordo que Moncorvo faz parte, com mais seis municípios, e é a sede do Banco dos Bens Doados, que está a fazer a transferência para os diversos municípios de bens que venham do litoral para o interior e do interior para o litoral.-----

Cabe aqui, de uma forma particular, o investimento na dinamização do Conselho Local de Ação Social, do Núcleo Executivo dos grupos de trabalho constituídos, tendo em conta a sua vocação mais operacional, que faz deles importantes instrumentos locais de respostas às situações de emergência social decorrentes do contexto atual de crise. -----

Iremos continuar a assegurar o apoio financeiro indispensável ao funcionamento das associações, das coletividades, dos clubes, das IPSS's, não, obviamente, com os valores que todos nós desejaríamos, mas com aqueles que a realidade nos permite transferir para esse



importante conjunto de parceiros. Fazem parte da estratégia acionar o suporte à concertação interinstitucional, nomeadamente a disponibilização de instrumentos de planeamento de suporte ao trabalho em parceria, salientando-se o Plano de Desenvolvimento Social, o diagnóstico social e o Plano de Ação Anual. -----

Durante o ano de 2017 serão desenvolvidas as ações tendentes a implementar o Orçamento Participativo no Município de Torre de Moncorvo, de acordo com as propostas apresentadas em 2016 e as disponibilidades financeiras aprovadas para esse fim. Para quem não está dentro deste assunto, recorde que foi votado vinte e cinco mil euros (25.000€) no ano passado, foram apresentadas propostas, ficaram quatro propostas finais, com as equipas técnicas que as analisaram, vieram à Reunião de Câmara, na última reunião, as quatro finalistas, e será agora feita a Assembleia Participativa para cada um vir desenvolver e defender o seu projeto.-----

Portanto, as propostas apresentadas que aqui vos deixamos, consideramos que este Orçamento é um Orçamento realista, cujo risco associado à sua execução, consideramo-lo reduzido e muito escasso. -----

Dizer-vos só que se repararem nos três milhões (3.000.000€) a mais em relação ao ano passado, quer dizer uma só coisa: dos seis milhões (6.000.000€) que temos contratualizados com o Portugal 2020, nomeadamente dois milhões e meio (2.500.000€) da Escola Secundária, os cerca de seiscentos mil euros (600.000€) do Museu do Castelo, o PAMUS, com cerca de seiscentos mil euros (600.000€) também, um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€) do PARU, e mais o SAMA 2, e mais uma série de outros instrumentos cujo nosso parceiro é a CIMDouro, totalizam cerca de seis milhões de euros (6.000.000€). O que se entendeu foi que para darmos cobertura a estes projetos, e uma vez que não são exequíveis num ano, seria de bom tom não aplicarmos as receitas todas num ano civil, mas aplicá-las em dois. Ou seja, desses seis milhões (6.000.000€), estão divididos três milhões (3.000.000€) para 2017, e três milhões (3.000.000€) para 2018.-----

Alguma pergunta, eu pedi também para estar presente a nossa técnica, que é quem está a chefiar a contabilidade, e portanto, alguma questão pode ser -lhe dirigidas a ela, mais técnicas, que responderá com certeza. -----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Deputado António Lopes. -----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Eu, relativamente às Grandes Opções do Plano há dois ou três aspetos que queria salientar. Um pela positiva e outro não direi que é pela negativa, mas considero ser o meu contributo

para melhoramento. Não sei se neste momento ainda poderá ser melhorado, mas nos anos seguintes com certeza que poderá ter-se em consideração este aspeto. -----

E não era concretamente nas pequenas coisas e nos valores que eu me queria meter; mais nas grandes linhas de orientação, porque as grandes linhas de orientação são aquelas que, efetivamente, nos balizam o pensamento e nos dão um caminho a seguir. É esse aspeto que eu considero menos positivo. É o aspeto de não ver nenhuma linha de orientação que levasse à fixação de empresas, de gente. Ou seja, não sei muito bem como é que isto se faz, mas parece-me que poderia sempre haver benefícios fiscais para que uma empresa se fixasse, e tudo isto levasse à criação de riqueza económica, vamos dizer assim. Tal como há momentos se falou, com o PARU, que há benefícios fiscais para isso, porque não também criar este tipo de incentivos para que houvesse empresas a fixarem-se, aqui na nossa zona, porque é isso que nós precisamos. Vejo muitas vezes – e isto não é só a nível de Moncorvo, é quase a nível da política nacional – dar muita importância ao turismo, fico com a sensação que o turismo resolveria os nossos problemas, todos os nossos problemas, e eu não considero que seja assim. Se nós não conseguirmos criar riqueza dentro do nosso território, o turismo poderá ser muito importante – e é, com certeza, pois faz chegar muitas verbas – mas não considero que seja essa a solução.-----

O outro aspeto que eu também queria salientar, e já uma vez fiz essa crítica aqui ao Sr. Presidente – ou melhor, ao Executivo – e foi-me dada uma resposta que eu aceito, e que compreendo perfeitamente, mas volto a ela: vejo nas atividades do Município de Torre de Moncorvo sempre muitos anglicismos. A resposta que me foi dada foi que, efetivamente, estavam ligados a outros programas. Eu preferia ver o meu Município a criar atividades dessas, mesmo não tendo a amplitude, ou não chegando a tanta gente quanto provavelmente esses programas chegam. Preferia que assim fosse, em defesa da nossa língua e da nossa cultura.--- Por fim, queria salientar o aspeto do associativismo que o Sr. Presidente salienta aqui nessas grandes linhas de orientação, digamos assim. Queria dizer isto de uma forma positiva: parece-me que esse é um aspeto em que também exorto o Sr. Presidente a desenvolver isso. Acho que - dada a nossa participação cívica ser tão baixa - ter associações a quererem fazer, os cidadãos a quererem fazer, acho que é muito importante para a nossa sociedade e para a nossa economia, até, se calhar, porque daí podem surgir ideias, pode surgir sempre muito desenvolvimento.-----

E pronto, basicamente era isso. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado Luís João, tem a palavra.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** De uma forma geral, parece-nos que este Orçamento vem no seguimento dos outros, mais uma vez, é o último Orçamento, parece que é a conclusão dos outros Orçamentos. -----

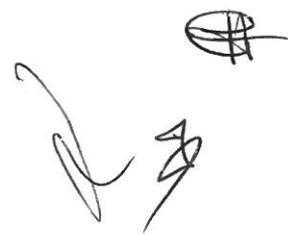
Há aqui um valor a que eu gostava de chamar à atenção, que está no quadro da página 22, que é o resumo da despesa das Grandes Opções do Plano, em que em 2012 tínhamos uma despesa com juros e outros encargos de novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta euros (947.730€), e que este ano o valor é de cento e oitenta e um, seiscentos e dez (181.610€). Como toda a gente entende – ou quase toda a gente paga juros – os juros são aquela despesa que ninguém quer ter porque, no fundo, não estamos a pagar mais nada a não ser serviço de dívida. Isso deve ser consequência, como o Sr. Presidente da Câmara falou na situação financeira a 30 de novembro, que a primeira vez que apresentou este documento eram vinte e três milhões (23.000.000€), e agora são nove milhões e quatrocentos (9.400.000€).-----

Concluindo a parte financeira, este Executivo dedicou-se, perdoem-me a expressão, mas de faca na boca, à melhoria da situação financeira, e parece, ao momento, ter conseguido esse grande objetivo. -----

Pegando no quadro da página 27, o resumo por funções das Grandes Opções do Plano, gostava de salientar o papel do apoio à cultura (trezentos e oitenta e três mil euros (383.000€)), ao desporto (duzentos e setenta e cinco mil (275.000€)), e à Proteção Civil (duzentos e trinta e um mil (231.000€)), e a ação social (de cento e cinquenta e três mil e quinhentos (153.500€)), são valores que este Município nunca baixou, ou seja, poderia ser aqui que a despesa baixava, mas não, este Executivo nunca baixou estes valores, são os valores que vêm dos anteriores anos e do anterior Executivo, e faz com que o papel social desta Câmara Municipal se tenha mantido. Congratulamo-nos também por essa preservação do papel social deste Município.-----

-----**O Presidente de Mesa:** (Intervenção inaudível) ... associações de municípios são conjuntos de municípios que se unem para fins comuns, e obviamente repartem entre si os custos, que começam pelo Orçamento. Aliás, a Assembleia Municipal, segundo os especialistas, o verdadeiro papel dela é na aprovação do Orçamento, porque a Prestação de Contas – são vários que o dizem – embora a Assembleia emita o seu parecer, não aprova ou desaprova; mesmo que não o aprove, não tem qualquer efeito prático, dado que mesmo reprovada, continua a ir para o Tribunal de Contas, e até porque é um dado já adquirido. -----

E eu fui buscar a questão de 2012 por quê? Porque sendo outros municípios que participam nesta Associação de Municípios, apenas tenho dados de todos a partir de 2012. E os dados destas duas rubricas, despesas correntes e sobretudo despesas de capital, porque não vejo muito quais são as despesas de capital da Associação de Municípios, ao longo dos anos, têm



sido estes. E é esta a repartição entre os vários municípios que, efetivamente, têm um peso na Associação de Municípios, e que Moncorvo começou – em 2012 e 2013, tinha uma participação na ordem dos trinta por cento (30%), o que é razoável, dado que embora sendo quatro, Freixo é um Município pequenino; e a partir de 2014, passou a ter valores superiores a cinquenta por cento (50%), e no ano passado chegou a sessenta e dois por cento (62%) em termos orçamentais. E obviamente que eu, isto, não entendo; o que me tem chegado, as vozes que me têm chegado é que não se vê uma clara melhoria em Moncorvo na recolha e tratamento dos lixos, e por que é que passamos de um valor que era percentualmente adequado à nossa proporção para um valor que é desadequado, exagerado, relativamente aos outros municípios. Dá a impressão que estamos nós a pagar para a recolha nos outros municípios. E eu gostaria, realmente, de ter uma resposta sobre isto, e se não a tiver, obviamente que votarei de acordo e em conformidade.-----

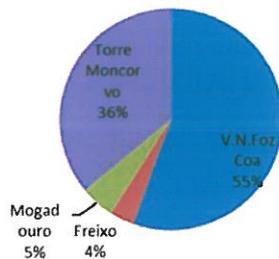
Muito obrigado.-----

ano tipo despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Correntes	170.160	22.120	84.300	265.000	180.500	126.500
Despesas de Capital	499.440	433.912	1.000.000	1.100.000	1.024.500	848.000
TOTAL	669.600	456.032	1.084.300	1.365.000	1.205.000	974.500

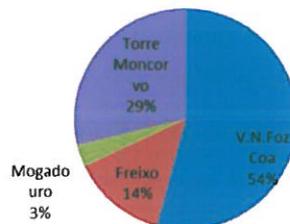
f ~~⊕~~
4

	2012	2013	2014	2015	2016
V.N.Foz Coa	1.030.000	854.100	820.600	645.600	506.600
Freixo	65.000	218.510	105.572	39.000	46.000
Mogadouro	92.210	50.100	33.510	176.542	202.545
Torre Moncorvo	669.600	456.032	1.084.300	1.365.000	1.205.000

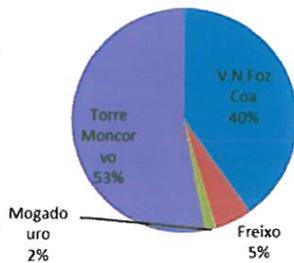
2012



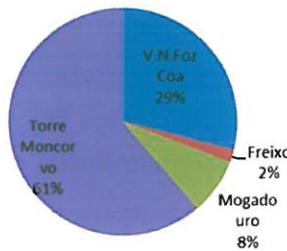
2013



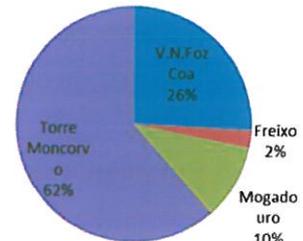
2014



2015



2016



Sr. António Júlio Andrade, faça favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu não tive a mínima possibilidade de ler estes documentos todos. Já agora, aproveito e agradeço que da próxima vez nos mandassem em papel, porque não tenho hipótese também de os imprimir. Mas, gostava de fazer, Sr. Presidente da Câmara, uma pergunta, que é a seguinte: se por acaso neste Orçamento está prevista a remodelação da rede de águas e de esgotos da Freguesia do Larinho, porque como disse aqui há tempos, ainda temos água a correr em canos de fibrocimento. Quando se andam a tirar as telhas, nós ali ainda temos a água a correr para as casas em canos de fibrocimento.--

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves.-----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** O Sr. Presidente disse que há quarenta anos que o Santo Cristo não tem uma intervenção. Isso é falso, é uma mentira muito grande, e há aqui pessoas que podem provar isso. -----

Eu gostava de perguntar, quanto a este programa de “Teleassistência”, mais ou menos pelo que eu aqui li, as pessoas têm que ter um telemóvel. Ou seja, os idosos, ou alguém que precise de comunicar com este número de teleassistência, tem que ter um telemóvel, ou um telefone. -----

Também gostava de perguntar, em relação às verbas que eu vejo aqui – que eu também sou uma leiga, um bocado, em economia, visto não ser a minha área, mas também sei fazer contas, e o que eu vejo aqui – pronto, estes Orçamentos são todos muito parecidos desde para aí 2008 até agora; ver uns e ver outros é quase a mesma coisa, oscilam realmente as verbas para um lado e para o outro. Aqui vejo a Proteção Civil, que é um escândalo, tanto dinheiro para a Proteção Civil; vejo outro escândalo, que é para associações da lavoura, agricultura, associações de todo o tipo e mais alguma coisa, quase metade do dinheiro do Orçamento da Câmara vai para isto, e o resto vai para o pessoal. -----

Vejo também aqui não sei quantas vagas para o próximo ano, na Câmara, para pessoal. Como, expliquem-me, se num Município e num concelho que está a reduzir pessoas, a nível de população e de eleitores, vai ter mais vagas para empregar gente na Câmara.-----

Era só isso que eu queria perguntar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Câmara, pedilhe o favor, então, de intervir.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu respondo a tudo na segunda, se calhar é melhor, poupamos tempo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Aqui a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu julgo que tem a ver com os lixos e com um concurso que houve, bem há pouco tempo, não, mas há dois anos, há um ano e meio ou dois anos que anda com esse concurso, e os preços, penso que dispararam. Eu julgo que é dos lixos, e provenientes desse concurso. No entanto, deixo isso também para a explicação do Sr. Presidente.-----

Este Plano e Orçamento de 2017, como disse o Sr. Presidente da Assembleia, será o último apresentado nesta Assembleia, neste mandato, que termina este ano. O Plano são intenções, o Orçamento descreve a receita e a despesa. Portanto, são opções que esta maioria optou em pôr em prática. Uns dirão que não cumpriu as promessas feitas através do seu programa de candidatura eleitoral, a maioria diz que é o Plano e Orçamento possível devido às fracas

condições económicas que encontraram neste Município. Este mandato seria para se arrumar a casa e tornar o Município cumpridor da sua responsabilidade, e ser um bom pagador. Até aí, tudo bem, estamos de acordo, deve-se arrumar a casa para termos finanças sólidas, e não andarmos aqui a não ser cumpridores. -----

Ora, penso que tem que haver uma ideia global. Eu tenho vindo a afirmar o seguinte: qualquer Município tem que ter uma ideia global para o concelho, e penso que estruturada. Portanto, eu julgo que este mandato ficou apenas por pôr a casa em dia e avançarmos nalguns setores, nomeadamente no turismo, na cultura – evidentemente que tivemos uma mais valia neste setor, e isso é bom frisar também. Agora, penso que só isso não é suficiente; acho que podíamos ser mais arrojados neste mandato e começarmos a delinear obras físicas já no terreno, o que não acontece, e não vai acontecer. O Quadro Portugal 2020 terá muitas opções para se gastar, vamos lá ver o que é possível ser elegível; considero que um futuro mandato terá que ser repensado, e olhar para Moncorvo globalmente, e vermos, na realidade, o que também ainda nos faz falta para sermos um concelho atrativo, e um concelho onde se possa viver. -----

E como disse ali o meu colega de Bancada, olharmos também para o futuro em termos de emprego. Eu ainda agora congratulei-me com o arranque das minas, vamos ver se é realidade, e penso que aí também poderá o emprego ser uma realidade para o nosso concelho. -----

Obrigado.-----

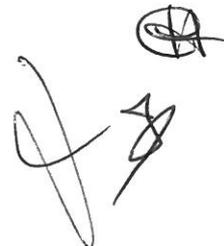
-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** Eu queria perguntar se estão a falar só sobre o lixo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não, é sobre o Orçamento, Sra. Deputada. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** É sobre o Orçamento? Em relação ao Orçamento e aos lixos, portanto, eu vejo aqui que vai nascer outra nova empresa, ou uma Águas do Interior, outra coisa dos municípios. Pronto, não vale a pena. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Esse é outro ponto, Sra. Deputada. -----



-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** É outro ponto. -----

Vejo aqui que no Orçamento para projetos e consultadoria, isto sobe setecentos por cento (700%). Foi uma das coisas que me deixou assim logo com as orelhas alerta. Setecentos por cento (700%) é muito dinheiro para fazer projetos e consultadoria. Gostava de perceber por quê.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** O que este Executivo tem feito nestes últimos três anos, de facto, é pôr as contas do município em dia, porque se tínhamos um défice de vinte e três milhões (23.000.000€), e neste momento temos de onze milhões (11.000.000€) valores arredondados, é, de facto, de louvar, e é de salientar que têm feito um bom trabalho na gestão financeira do Município.-----

Eu tenho de manifestar aqui algum desagrado, e sabe, Sr. Presidente da Mesa, que tenho bastante consideração por si, e muita, sou muito seu amigo, eu e esse colega que está aí ao seu lado fizemos campanha por si, só não pudemos votar porque não tínhamos idade para isso, e sei que, como Presidente da Mesa, tem levado os trabalhos desta Assembleia muito bem, porque é, de facto, um órgão deliberativo, é um órgão fiscalizador, mas começo a achar estranho, e não quero acreditar nisto também que vou dizer, que bate muito na tecla da Associação de Municípios. Eu não quero acreditar, porque eu espero que não seja por questões pessoais, porque o seu cunhado trabalhou na Associação de Municípios do Douro Superior, e neste momento não trabalha, e por aquilo que sabemos, não trabalha na Associação uma vez que não entendeu baixar o salário, que era de três mil euros (3.000€), por três dias de trabalho por semana. Eu espero que não seja essa a situação, por questões pessoais, porque senão assim é muito mau trazermos para esta Instituição assuntos do fórum família. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

Não tem nada de pessoal. Poderia ter, mas não tem. De qualquer forma, eu não gostaria de falar de pessoas que não estão presentes. Se alguma dúvida há sobre o assunto, eu terei todo o gosto em que as pessoas venham cá, e sendo meus familiares, eu deixarei a presidência desta Mesa. Não tem absolutamente nada. A vantagem dos números é essa, Sr. Deputado. Eu olho para os números, tão simples quanto isso. Eu estou à espera da explicação.-----
Faça favor, Sr. Presidente da Junta de Felgar.-----

-----**Deputado António Manuel De Castro Gonçalves:** Bom dia a todos.-----

Sobre este Orçamento, só vou fazer uma questão. Eu vi aqui na receita, na página 3, compensações eólicas, três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e trinta e cinco euros (3.469.135€). Gostaria de saber de onde é que vão vir esses três milhões (3.000.000€). Sei que recebem umas rendas lá de cima do Parque Eólico do Felgar, mas acho que não chega a esses valores. O Município está a contar com essa receita, segundo o que diz aqui, é só saber de onde é que virá esse valor. -----

Mais nada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, antes de mais, pelas questões. -----

Sr. Deputado António Lopes, fixação de gente: pois, esse é o nosso drama; fixação de gente, esse é o nosso drama. Agora, como sabe, os incentivos fiscais são tutelados pelo Poder Central. E os incentivos fiscais, se derem menos cinco por cento (5%) de pagamento ou de benefício para o IRC para uma empresa para vir para o interior, ou para estar no litoral, por cinco por cento (5%) não vem. Esta é a necessidade de uma política nacional, porque com esses valores, não vêm. Se os isentar, isso pode ser. Agora, o grande problema é que o que o Poder Central dá aos empresários para vir para o interior não é atrativo. E não é atrativo porque, desde logo, depois tudo é massificado no litoral. Tudo se trata no litoral. E portanto, esse é um dos nossos dramas. -----

Agora, o que é que nós podemos fazer? Eu vou-lhe dar um exemplo: se adquirir um lote com mil metros quadrados na zona industrial de Moncorvo, o preço são sete mil euros (7.000€), mas se construir num ano, é-lhe devolvido cinquenta por cento (50%). Mas, essas já são as finanças da Câmara. Ou seja, está ali e pode ter desde logo o retorno de cinquenta por cento (50%). Depois, tem a isenção dos impostos que nós aqui podemos cobrar, e que vamos ter aí também – por exemplo, a Derrama. É isto o que nós podemos fazer. Aliás, o edital que nós hoje nos comprometemos, para as pessoas não terem que estar a ler um caderno enorme como é o PARU, o edital simplificado com os benefícios fiscais de quem recuperar habitações também é para isso mesmo, é um incentivo. Mas, são aqueles que nós podemos dar, que são quase nada. Agora, se o Poder Central entender que deve isentar uma empresa que venha para cá, que deve criar postos de trabalho, isso tudo muito bem, e nós somos os primeiros a aceitar, como é óbvio. E portanto, esse, é como o senhor diz, é um drama. -----

Repare que eu sou um entusiasta das minas, sou um defensor, estou num cargo em que tenho que o ser. Agora, se me perguntar assim: “Vão ser uma realidade?”, eu digo-lhe muito honestamente, espero que seja uma realidade, defendo até à última, seja aqui, seja em Lisboa. E não nos podemos esquecer que era um processo que estava completamente – não digo “morto”, mas “adormecido”, e que esteve desde 2008. Qual é o empresário que consegue sustentar, desde 2008 a 2016, para ter uma assinatura de um contrato? Qual é a empresa? Qual é o investidor externo que quer vir investir se tem que passar esta via-sacra de oito anos? O empresário quer é começar a laborar e ter lucro, como é óbvio. São estes os problemas com que vivemos diariamente. -----

Mas nós, mesmo assim, o acordo e o protocolo que fizemos, quer com o IPB, quer com todas as empresas extrativas da região, foi com a possibilidade de jovens tirarem um curso superior técnico para poderem, se for verdade, se acontecer, poderem ter uma luz ao fundo do túnel, e poderem regressar aqueles na faixa etária em que nós temos mais problemas, que são os que vão estudar para o ensino superior e depois não regressam. E foi essa a intenção quando decidimos realizar aqui um curso superior técnico com o IPB. Há uma palavra de, em princípio, não serem só os vinte que estão a fazer o curso; necessitam de quarenta. Mas, para isso se concretizar, tem que o projeto ser uma realidade. E eu espero que todos os que estamos aqui acreditem e queiram o projeto cá. E não é por sermos nós a estarmos cá, porque vai passar muito para além de nós; vai passar por todos, por diversas forças políticas, por diversas personalidades, vai passar por todos. E portanto, espero que quando se defende este projeto, se defenda convictamente, e é isso que nós temos que fazer, e somos obrigados a fazer. -----

Eu concordo consigo, com o anglicismo; eu próprio sou avesso a essas coisas. Mas, o que é certo é que em determinadas candidaturas temos que ter esse anglicismo, porque convirá, o inglês hoje é a língua mais usada, digamos assim. E nos próprios documentos que são enviados, muitas vezes, para a União Europeia, vão em inglês. Agora, eu concordo consigo, era bom que assim não fosse. Mas se eu, em vez de dizer “online”, puser “em linha”, desvirtuo o conceito que a própria candidatura tem. Este é o grande problema que vivemos, mas aí concordo completamente consigo. -----

Agradecer as palavras do Sr. Deputado Luís João. Efetivamente, o serviço da dívida foi uma das questões primordiais para este mandato, porque quem não é bom pagador não consegue fazer bons contratos. A lógica é esta. Muitas das empreitadas que apanhámos, foi com juros, com uma série de valores que hoje não têm hipótese de ser aceites sequer nesta Câmara. E os procedimentos, sabem que vêm com valores muito abaixo daqueles que eram praticados.-----

O papel social é aquele que eu entendo que é primordial para um Município como Torre de Moncorvo. A sustentação – porque quando dizemos, quando criticamos o associativismo, mas o associativismo não emprega pessoas? Quando nós criticamos a Proteção Civil, mas depois

vimos dizer que o Reboredo está a arder? Mas, o menor número de fogos foi no nosso concelho, fruto de muito do investimento que se fez na Proteção Civil. Só não vê quem é cego ou não quer ver. Este foi um dos grandes aspetos que este Município conseguiu ter, foi dar condições para termos um menor número de incêndios que houve. Basta ver o flagelo que foi em Freixo de Espada à Cinta, que foi em Mogadouro. E quantas vezes foi a nossa Corporação de Bombeiros e a nossa Equipa Local de Intervenção a socorrer os vizinhos. E por isso eu destaquei, para esta nota de abertura, a intenção e a candidatura a uma Equipa de Sapadores. Esta também é uma forma de criarmos emprego, também é uma forma de estarem fixas as pessoas aqui, mas também é uma forma de as fixar com algo de positivo, que é o que nós de melhor temos, que são as nossas condições naturais, e o Reboredo sobremaneira. E portanto, aqueles que criticam essa situação, eu gostaria que fossem a uma Assembleia da Associação dos Bombeiros ver o que aquelas mulheres e aqueles homens passam, e como se dão ao trabalho para conseguirem que o nosso concelho tenha os resultados positivos que tem tido. E portanto, aí podem-me continuar a criticar, que neste Orçamento, e se fizer um próximo, continuarei a apoiar, sem qualquer tipo de problemas e de dúvidas, a Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros. -----

O Sr. Deputado António Júlio perguntou, sim Sr. Deputado, está a remodelação da rede das águas do Larinho, está naquela candidatura do POCUR. Aliás, já estava, vem em continuação, é uma das candidaturas que está.-----

Quanto à "Teleassistência", não é necessário um telemóvel; basta ter linha fixa, porque tem que se aceitar, e depois aquilo é muito simples: é um relógio em que tem quatro botões, tem uma pulseira e um botão. E essa pulseira, com esse botão, dá um alarme que põe a pessoa em contato diretamente para falar. É só isso. Só precisa de ter, e é fornecido gratuitamente pela Câmara Municipal, em parceria com a Cruz Vermelha.-----

As vagas para o pessoal: Sra. Deputada, não há vagas, são os concursos que estão a realizar-se. São esses, é para 2017, têm que ser integradas onde houver; se não houver vagas, não podem entrar. Estamos a fazer procedimentos concursais para quê? Para não entrarem? Os concursos estão a decorrer para irem para essas vagas que há, tão simples quanto isso. Não vamos aumentar mais nada. Não vamos é esconder com uma peneira o que se passa, e a situação que se passa. A grande questão, eu até diria mais: é que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo foi pioneira, porque agora, como sabe, o Instituto para as Condições de Trabalho fez um inquérito sobre a precariedade dos funcionários, ou seja, daqueles que andavam aqui há onze e doze anos a recibo verde – que os há, uns com doze, outros com nove – e nós vamos eliminar isso tudo. Nesse concurso, os que entrarem, entram e acabou-se, não há mais recibos verdes. Agora, é por concurso, tem que ser, e com as regras impostas, nomeadamente se houver funcionários que pretendam a mobilidade, esses entram. Isso já foi

tudo ultrapassado, estamos já na fase final. Portanto, em 2017 terão que entrar para as vagas que existem.-----

A consultadoria e os projetos: a consultadoria e os projetos, o que está vertido é que nós, para nos candidarmos, temos que ter projetos; não temos capacidade para sermos nós a fazer internamente, obviamente que não. Muitos projetos, não temos capacidade para os fazer. E portanto, tem que haver procedimentos também para as empresas concorrerem. Por exemplo, a Câmara Municipal assume na íntegra o projeto da melhoria e requalificação da Escola Dr. Ramiro Salgado; somos nós que assumimos integralmente. Esse projeto foi posto a concurso, concorreram empresas – que deve estar a terminar agora – e temos que adjudicar pelo valor mais baixo, como é óbvio, ou noutros casos, pela valia técnica do próprio projeto, conforme estiver no caderno de encargos. Mas, isso são empresas que concorrem; nós, se queremos ir a candidaturas, temos que ter neste momento já os projetos. E portanto, uma obra de dois milhões e meio de euros (2.500.000€), o projeto também não fica barato, como é óbvio. Mas, nada é gasto se não for necessário, porque senão não conseguiríamos ter estes valores e estes números que apresentamos.-----

Quanto ao Sr. Presidente da Junta do Felgar: a compensação das eólicas obviamente que é do Parque Eólico que está concessionado pelo Estado (estou a falar do Parque da Lousa). Se está assinado, se o Governo autorizou a concessão, se os interessados concorreram, se essa verba é a verba que reverte para o Município – e até agora o contrato ainda não foi anulado, como é óbvio, apesar de estarem a correr ações em tribunal por causa das decisões – nós temos que assumir aquilo que já vinha a ser assumido; eu não vou retirar uma coisa que, para todos os efeitos, está assinada entre o Poder Central, entre a concessionária e a Câmara. Limito-me aí a colocá-lo. Quando definitivamente – pela positiva, obviamente já está cá; se for pela negativa, retira-se, como é óbvio. Essa parte aí será retirada.-----

Quanto à questão que foi aqui colocada: é que nós temos que nos lembrar de uma coisa: quem é que tem o mérito da obra? Aquele que a lança? Isso é a coisa mais fácil, lançar, abre-se um procedimento, lançamos. Ou aquele que a paga? É que a questão é esta. E nunca ninguém aqui me viu, nem verá, a tirar a responsabilidade da Câmara do que foi feito no passado. Isso, ninguém vê. Se se deve, paga-se. Ainda este ano, sem estarmos a contar, do Agrupamento de Escolas que foi inaugurado com pompa e circunstância, temos que pagar mais cento e cinquenta mil euros (150.000€). Na freguesia do Sr. Presidente da Junta do Felgar, o acesso ao santuário, ligação ao Souto da Velha, como sabe, uma obra importantíssima em termos viários, foi chumbada pela CCDR, e lá tivemos nós que pagar uns milhares largos – eu podia dizer umas centenas de milhares largos, mas tivemos que o pagar. Mas, não fomos nós que fizemos a obra, não fomos; tivemos foi que a pagar. As Câmaras são assim, como as Juntas de Freguesia, os senhores sabem: se o antecessor deixa, nós temos que pagar, como eu

espero que se eu deixar alguma, que ma paguem também. Agora, a questão que todos devemos pôr é esta – e vocês, muitos dos que estão aqui, sabem isso: quantas, e quantas, e quantas obras. Eu não preciso de ir buscar aos meus arquivos o que o Eng.º Aires Ferreira publicou no Mensageiro, em que dizia que trezentos e sessenta mil euros (360.000€) de obras eram não comprometidas, e quase quatrocentos mil (400.000€) eram de obras sem cabimento. Mas, nós assumimos, e pagámos, estão pagas. Isto é a solução que eu entendo que deva ser; não é ir litigar para tribunais contra antecessores, eu não entendo assim. E portanto, é esta a situação que temos.-----

Para terminar, a pergunta do Sr. Presidente da Assembleia: Sr. Presidente, também é dívida, alguma parte, em que estava assumida nessa forma, e nós estamos a pagar. Iniciámos com dívidas de oitocentos mil euros (800.000€), e temos um acordo de pagamento de quinhentos mil (500.000€) – dois acordos de pagamento que totalizam quinhentos mil (500.000€). E é por isso que é repercutida nessa dívida. É por isso. E eu, quanto a essa dívida – sim, está cabimentada, está comprometida, não tinha nada. E eu nem quero falar sobre essa dívida, mas é que não quero mesmo; não quero para não haver mais situações problemáticas do que aquelas que herdámos lá com a Associação de Municípios. Mas, para vos dar uma ideia geral, o que era norma – não foi só o Município de Torre de Moncorvo; Foz Coa também tem, e agora tem Freixo de Espada à Cinta, e como verá no próximo ano, está repercutido isso: faziam-se acordos de pagamento e ia-se buscar dinheiro à banca. O nosso problema é que fizemos um acordo de pagamento, e quando nós tomámos posse, estavam lá oitocentos mil euros (800.000€) por pagar. E portanto, foi cabimentada, comprometida, tem um plano, neste momento, de pagamento, porque era dívida acumulada, e que está a ser paga. Basicamente é isto. -----

Os resíduos também são um problema, já foram aqui falados os resíduos. Os resíduos são trinta e oito (38.000€) a quarenta mil euros (40.000€) por mês. Basicamente são estes os valores. Mas, o nosso problema era essa dívida que não estava cabimentada, nem comprometida.-----

Espero que tenha respondido a todas as perguntas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, já foram esgotados os tempos, e eu não quero estar a usar nenhuma prerrogativa. Só lembro que os empréstimos pagam-se pela amortização, não se pagam pela totalidade – aliás, foi o Sr. Presidente que o disse na ata de 28 de fevereiro, que o serviço da dívida para com a Associação de Municípios era da ordem dos seis mil euros (6.000€) por mês. Ora, isso não dá, de forma nenhuma – se vir aqui a diferença, quase dois milhões de euros (2.000.000€) ao longo destes quatro anos, que é a

diferença relativamente àquilo que vinha sendo pago e aquilo que nesta altura está orçamentado nestes anos.-----

Vamos passar à votação. Eu vou votar contra, e vou fazer uma declaração de voto. Desculpe, o Regimento, já me foi aqui alertado que o Regimento deve ser cumprido. Desculpe, a senhora tem que se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, que me pede para eu lhe dar a palavra. Muito bem. Desculpe, eu não ouvi. Faça favor.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Era só para responder que nesse valor dos acordos tem que estar acautelada a dotação para o ano seguinte. O acordo é pago parcialmente, mas nós temos que lançar o acordo na totalidade. Portanto, é assim: se quando iniciámos o mandato, havia alguma dívida que não estava assumida, como o Sr. Presidente disse, nem estava refletida no Orçamento, fizemos com que essa dívida ficasse refletida, e dotámos o Plano, na altura, com a média da faturação dos resíduos, mensal, mais o que viria do acordo. Portanto, é assim, eu não estou a ver por que é que há assim essa dívida. É que, não sei se sabe, mas a contabilidade tem que ter um cabimento dessa dívida, tem que ter a dotação definida para o ano. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para aquilo que vai ser executado durante o ano, porque se fosse da dívida, eu lembro-lhe que, então, em 2014, não havia Orçamento, porque a dívida, como referiu ainda hoje o Sr. Presidente da Câmara, era de vinte e três milhões de euros (23.000.000€), e o Orçamento era inferior a isso. -----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** (Intervenção inaudível) ... acho que não há dúvida nenhuma em relação à dotação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É a sua opinião, eu tenho a minha. Muito obrigado. -----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Se fizer a média da faturação da associação, mais o que temos em dívida do acordo, a dotação que nós temos neste momento em capital são oitocentos e trinta mil euros (830.000€) para 2017. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, são oitocentos e quarenta e oito mil euros (848.000€), em despesas de capital. É essa a dívida que existe, e o ano passado existia uma dívida de um milhão e vinte e quatro mil (1.024.000€), e há dois anos, de um milhão e cem mil (1.100.000€), e há três anos, de um milhão de euros (1.000.000€)? -----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Mas, está-me a dar os valores executados ou os valores previsionais? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Nós estamos a discutir Orçamento, não estou a discutir a execução. A discussão da execução orçamental é em abril. Muito obrigado. Para mim, está esclarecido. Vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro **deliberou por maioria** com 19 votos a favor, 2 votos contra (do deputado José Mário Leite (Coligação PSD/CDS) e da deputada Maria de Fátima Gonçalves (PS)) e 4 abstenções, **aprovar** “- Documentos Previsionais para 2017; - Orçamento Municipal; - Plano Plurianual de Investimentos; - Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Porque o que diz o Regimento é que o Presidente da Assembleia vota sempre em último. E portanto, eu indico já a minha orientação de voto. -----

-----**Declaração de voto:**-----

“O problema da votação com o Plano e Orçamento Municipais é que o mesmo é analisado no seu conjunto e não na especialidade, item a item, o que também não faria sentido face à Lei pois à Assembleia está vedado o poder de o alterar e assim sendo coloca uma questão complexa e redutora que é o sentido de voto. Porque, ao votar a favor está-se a assumir que se concorda com todos os itens, cláusulas e propostas. Não é possível votar umas sim, e outras não. Pelo contrário, havendo pelo menos uma que seriamente choque com os princípios a que cada um se sente moral, política e eticamente agarrado não resta alternativa que não seja o voto de reprovação para se distanciar de alguma ou algumas opções.-----

Não quero parafrasear ninguém mas tenho de declarar que, obviamente, sou a favor da diminuição da dívida municipal, sou a favor do pagamento atempado e também sou a favor do apoio solidário, bem como do associativismo. Não sou, nem posso ser, contra o fomento desportivo, nem por sombras contra a dinamização cultural. Não serei nunca contra a requalificação urbana e, mesmo que possa manifestar algum carinho especial pelas que se situam numa determinada parte, sou totalmente a favor do desenvolvimento e promoção de todas as freguesias de Moncorvo.-----

Mas sou também por Moncorvo e pelos Moncorvenses, e por tal motivo, apesar do que atrás referi, não posso votar favoravelmente um Orçamento que diminui a minha terra em benefício das terras vizinhas e imputa os custos dessa menorização aos meus concidadãos e que me confiaram a missão de fiscalizar e relevar todas as situações deste tipo desde que delas tivesse conhecimento.-----

Ora do conhecimento que tenho e das justificações que me foram dadas, em consciência e em nome dos eleitores Moncorvenses só um voto me é possível.-----

Eu voto contra.-----

Muito obrigado. Vamos passar ao ponto seguinte.-----

PONTO 3 — AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, como todos os anos trazemos à Assembleia Municipal, os compromissos plurianuais, neste caso, são os transportes escolares, os alimentos para as cantinas escolares, os transportes especiais, nomeadamente para pessoas com deficiência, alunos com deficiência que têm que ser transferidos para a Leque, em Alfândega da Fé, e os demais que obrigatoriamente quase todos à volta da escola se refletem, de setembro de 2016 até julho de 2017. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, **deliberou por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)) **autorizar o Sr. Presidente da Câmara a assumir os Compromissos Plurianuais**, nos seguintes casos:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

-----b) Resultem do revisto nas Grandes Opções do Plano;-----

-----c) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — DERRAMA.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS).---

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este é um dos assuntos que também já trouxemos à Assembleia Municipal. Para vos dizer que todos os sujeitos passivos que tenham volume de negócios até cento e cinquenta mil (150.000€) estão isentos; aumentou-se também o número de CAE's – neste momento, as culturas temporárias, cultura permanente, produção animal, extração de sabro, produção de óleos e gorduras, panificação e pastelaria, indústria de vinho, fabricação de mobiliário de escritório e comércio, e fabricação de mobiliários de cozinha, fabricação de mobiliários para outros fins – ou seja, as indústrias que temos predominantemente no concelho também estão isentas. A proposta é um lançamento para 2017 de um e meio por cento (1,5%) sobre o IRC. -----

Também isentámos este ano as empresas que instalem a sua sede social durante os anos de 2016 e 2017 no Concelho de Torre de Moncorvo, e criem, no mínimo, três postos de trabalho, por três anos. Neste caso, excetuamos os centros electroprodutores e os bancos, que esses, independentemente do número de postos de trabalho que criem, não estão isentos. -----
Eu penso que desta forma conseguimos chegar a um bom porto desta proposta, e isso também se vê e se revê na votação que houve na Câmara Municipal, que foi uma aprovação por unanimidade.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Fátima Gonçalves, faça favor. -----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Quanto à Derrama, acho que se Moncorvo tem, por iniciativa, incentivos às empresas para se estabelecerem aqui, a Derrama não devia sequer existir. É dos poucos concelhos de Portugal que tem Derrama, e só a tem porque a Câmara quer. -----



Se é para existir a Derrama, empresas com lucros superiores a cento e cinquenta mil euros (150.000€), então não há exceções; é para todas, ou não é para nenhuma. Acho que nós todos, deputados aqui presentes, temos uma palavra a dizer acerca disto, porque estas empresas que se queiram sedear em Moncorvo, cento e cinquenta mil euros (150.000€) não é assim tanto dinheiro, é num instante que chegam lá. Se for a Ferrominas, por exemplo, aqui a instalar-se, é uma grande receita que a Câmara vai ali buscar. Quando eu olho para aquelas exceções, vejo que tudo o que tem lucros consideráveis nesta terra e neste concelho não paga Derrama. Ou pagam todos, ou não paga nenhum, acho eu que devia ser assim. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Gostava de saber se a Derrama já foi aplicada em 2016, e qual o valor dessa Derrama em 2016. É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** Era precisamente o que o Luís disse agora, se em 2016 era um e meio por cento (1,5%). -----
E dizer o seguinte: a Derrama, evidentemente que é um imposto que me mete um bocado de confusão, como o IMI, por exemplo. No entanto, vejo também que terá, qualquer Município ou qualquer instituição, de viver da sua receita. Não é só gastar, gastar, gastar, e depois querem que se façam as obras. E a receita, de onde é que vem? Portanto, eu sou pelo utilizador pagador nas autoestradas, creio que as empresas deverão ter noção de que têm que pagar para se instalar em Moncorvo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, quer esclarecer-nos sobre estes assuntos? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, começando pelo final, foram cerca de setenta mil euros (70.000€), e estamos com o processo que decorre entre os centros eletroprodutores e o Estado, que ainda não remeteram para as autarquias porque entendem que os centros eletroprodutores ainda têm a receber do Estado. E portanto, está congelado esse montante – que é a grande verba, como é óbvio, é o grande montante. -----



Entretanto, se a Ferrominas vierem para cá (e espero que sim), a isenção da Derrama em 2017 para as empresas que instalem a sua sede durante os anos de 2016 e 2017 não está lá. Quanto ao demais, tirando – Alfândega tem, Freixo de Espada à Cinta tem, Mogadouro, Miranda do Douro, Macedo – tirando esses, tenho alguma dúvida naqueles. Mas, o que a Sra. Deputada se devia questionar é por que é que nós a pusemos. Porque fez, ou apoiou, um saneamento financeiro em que diz lá que uma das questões que tem que propor são novos impostos. E esse é que é o problema. E ninguém teve coragem, até às eleições, de o fazer. Mas, está lá, e está lá escrito. E não fui eu que contratei doze milhões de euros (12.000.000€). É que essa é que é a grande questão. E depois, temos o Revisor Oficial de Contas: “Então, como é? Qual foi o novo imposto?” É a Derrama, que está lá prevista logo no início, em 2013, mas que não foi cobrada. Por que quem é que gosta de cobrar impostos? Quem é que não gosta de trazer aqui uma coisa e dizer: “Está tudo isento”? Não temos essa possibilidade. E como não temos, temos de cumprir. Basicamente é isto. -----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** A todos. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Por acaso, essa do “a todos” tem uma coisa boa: é que o “a todos” é a minha defesa também, curiosamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, há uma segunda ronda, e a Sra. Deputada pode, nessa altura, colocar todas as questões que entender. Não pode estar continuamente a interromper o Sr. Presidente da Câmara, até porque o tempo vai longo, e eu não queria estar continuamente a alertá-la. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Então, eu termino por aqui, e espero a segunda ronda. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para a segunda ronda. Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu abster-me na primeira vez em que a Derrama veio a esta Câmara, e faço já uma declaração de voto, que também me vou voltar a abster. -----
E queria perguntar se a Derrama, então, é temporária, já que podemos criar só para cumprir um acordo anterior, também podemos acabar com ela, qual é o tempo mínimo que a Derrama tem de ficar vigente até a podermos tirar, e gostava de saber por que é que os serviços – agora não sei qual é o CAE, nem o termo correto do CAE, já não está aí a técnica da Câmara para

me ajudar, mas o comércio, quando é que o comércio de bens alimentares poderá também ser excluído. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, tem oportunidade agora de fazer perguntas. Se não as fizer, peço desculpa, mas eu não vou permitir que continue a interromper. Faça favor. –

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** A única pergunta é por quê – aquela e a mesma – por quê aquelas exceções, aqueles CAE's. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado, é evidente que é sempre temporário; o que somos obrigados, através de um acordo que tem prazo, que começou em 2013 e termina em 2021, obviamente tem prazo. Pode terminar-se aí, ou se a situação da Câmara Municipal evoluir de tal forma que permita, nesses montantes, atribuir outra justificação ao plano de pagamento. Mas, não nos podemos esquecer que todo o plano de pagamento – e vocês veem sempre na Prestação de Contas, que diz que vem um défice de pagamento, apesar de amortizarmos dois milhões (2.000.000€) por ano, mais os pagamentos. Vem sempre um défice. Por quê? Porque se contaram com receitas que nunca vieram, e outras que estando obrigadas a ser implementadas, não foram. Agora, é óbvio que tem sempre esse aspeto. -----
Se houver uma leitura atenta dos sujeitos passivos que foram isentados, eu acho que toda a gente percebe que são aqueles que criam mais emprego em Torre de Moncorvo. E portanto, é uma forma de não os penalizar duplamente. Basta ver essa situação – se não quiserem aqui, junto das Finanças – e veem que os CAE's que são isentados são os que têm maior número de empregados. Tão simples quanto isso, e daí se terem isentado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Só acrescentaria, se o Sr. Presidente me permite, e obviamente se a Assembleia o aprovar, porque isto vem à Assembleia para ser aprovado. Portanto, também há uma palavra dos Srs. Deputados relativamente a isto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas das alíneas d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, **deliberou por maioria, com 22 votos a favor, 1 voto contra (da deputada Maria de Fátima Gonçalves (PS)) e 2 abstenções (dos deputados António Júlio Andrade (PS) e Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS) lançar uma derrama com taxa reduzida para**

sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000,00, nas seguintes condições:-----

a) 0,00% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00€;-----

b) Isenção da derrama aos sujeitos passivos dos ramos de negócio que no ano anterior ultrapassem os 150 000,00€, das seguintes CAE'S:-----

1- 011 – Cultura Temporária;-----

2- 012 – Cultura Permanente;-----

3- 014 - Produção Animal;-----

4- 0812 – Extração de saibro, areia e pedra britada, extração de argilas e caulino;-----

5- 1041 – Produção de óleos e gorduras;-----

6- 1071 - Panificação e Pastelaria;-----

7- 1102- Indústria de Vinho;-----

8- 3101 – Fabricação de mobiliário para escritório e comércio;-----

9- 3102 – Fabricação de mobiliário de cozinha;-----

10- 3109 – Fabricação de mobiliário para outros fins;-----

c) O lançamento em 2017 de uma derrama de 1,5% para os restantes sujeitos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);-----

d) A isenção da derrama em 2017 às empresas que instalem a sua sede social durante os anos 2016 e 2017 no Concelho de Torre de Moncorvo e criem, no mínimo, 3 postos de trabalho, por 3 anos exceto electroprodutores e Bancos. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — BENEFÍCIOS FISCAIS A CONCEDER AOS PROPRIETÁRIOS QUE REABILITEM PRÉDIOS URBANOS NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, explique-nos lá por que é que é necessário este edital. -----

-----**O Presidente da Câmara:** É simples, Sr. Presidente: é uma forma de toda a gente ter conhecimento, de uma forma clara e de uma forma sucinta, de um documento que tem muitas páginas, e onde o que está plasmado neste simples edital vem por diversas páginas desse documento. E esta forma, creio eu, e crê o Executivo, que é uma forma simples de darmos a conhecer a todos, e não somente àqueles que estão mais dentro de projetos e de situações equivalentes a esta, que possam ter um conhecimento, todos, de quais são as isenções fiscais que têm, podendo reabilitar a sua habitação. Obviamente, vem na sequência da PARU, e esta, eu penso que é a forma mais democrática e mais isenta de todos terem conhecimento, porque creio que muita gente não vai ler um documento de mil e duzentas páginas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** A começar pelos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Agradecemos ao Município esta iniciativa, que permita que a maior parte das pessoas deste Município, que têm idades elevadas, a escolaridade média deste Município é baixa, que este edital, sem dúvida, a simplificação da burocracia é sempre bem vinda. Não faz bem parte deste ponto, mas não sei se poderá responder neste ponto, ou não, que é: para quando a Área de Reabilitação Urbana se estenderá a outras freguesias do mesmo concelho? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz, faça favor. -----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Pegando nalgumas considerações do Luís João, só reforçando essa ideia, que sejam encetadas todas, mas mesmo todas, para que as

freguesias possam usufruir também desses benefícios, que são mais importantes, se calhar, nas freguesias do que na própria vila. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Efetivamente, não faz parte do ponto, mas acho que está conexo, e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse a Assembleia Municipal. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Finalmente estou com o Francisco, acho que as aldeias estão todas a cair, as pessoas vão deixá-las cair, e a única forma de recuperar algumas casinhas será por aí.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Martins, faça favor. -----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos. -----
Eu só queria lembrar que este assunto foi abordado por mim aquando da Assembleia da Lousa, e disse que um dos maiores problemas da Lousa, que era transversal a todas as freguesias, eram as casas que estavam a cair. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, se quiser esclarecer os deputados. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lousa, se bem se recordam, eu próprio disse que estávamos a preparar um documento para ser extensivo às freguesias, nomeadamente naquilo que é possível, e dei o exemplo do IVA: conseguir que os materiais de construção, em vez dos vinte e três por cento (23%), passem para os seis por cento (6%). É nesse documento que estamos a trabalhar. E estamos a trabalhar também, numa parte, em diversas candidaturas, nomeadamente na candidatura da CIMDouro sobre as aldeias, e requalificação das aldeias, e também, como o Sr. Presidente da Junta de Carviçais sabe, as aldeias com história, onde se vai tentar recuperar o património. Essas são candidaturas a que os Srs. Presidentes de Junta se podem candidatar, têm possibilidade de se poderem candidatar – não a Câmara, mas as Juntas. A Câmara Municipal, o que está a fazer é com essas candidaturas poder promover um projeto, que seja aprovado também pela Autoridade Tributária – como é óbvio, não podemos ser só nós – em que os seis por cento (6%) de materiais de construção e construção associada (que é uma prestação de serviços), possam ser reduzidos de vinte e três (23%) para seis (6%). Eu espero conseguir brevemente trazer esse documento que está a ser preparado para vir a uma Assembleia



Municipal. Não sei se à de fevereiro, porque estamos dependentes de terceiros, mas espero trazê-lo cá. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Meus senhores, temos de ser disciplinados, isto assim não pode ser. Faça favor, faça a pergunta. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Sr. Presidente, eu ia propor à Mesa também uma segunda volta. A minha inscrição, a outra pergunta começou logo e eu não tive tempo. Eu gostava de saber por que é que, em sede de IRS, por que é que só os fundos imobiliários constituídos entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 é que são abrangidos, porque um fundo, que seja criado agora, para estes fins, de propósito para a reabilitação urbana, a esta data, que seja criado, não está contemplado. Não consigo perceber a lógica, e por isso é que pergunto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. É uma pergunta pertinente, valeu a pena fazer a exceção. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Pois, Sr. Deputado, eu também não lhe consigo responder a isso. Sinceramente, não consigo. Eu espero é que brevemente – é que estamos no início do Quadro Comunitário (já devíamos estar a meio, mas estamos no início), e tudo está muito afunilado. Eu acho que nós vamos chegar à parte final, ou seja, passando o segundo terço, e vai ser aberto para mais situações, nomeadamente para novas PARUS. E nessas PARUS, as freguesias poderão candidatar-se. Eu estou em crer que é assim, mas nós vamos tentar nesse espaço que medeia essa nova abertura, que se consiga já dar alguma coisa para as freguesias, porque concordo com o que disse o Sr. Presidente da Junta de Carviçais, com o que disse o Sr. Deputado António Júlio Andrade, é preciso fazer alguma coisa. -----
E quanto à pergunta da Sra. Deputada, eu estava a falar de projetos sobre aldeias. Eu nunca defendi Moncorvo cidade, mas é uma grande vila, e mais vale sermos uma grande vila do que uma má cidade.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, **deliberou por**

unanimidade aprovar o “Quadro de Incentivos Fiscais a conceder aos proprietários que reabilitem prédios urbanos na Área de Reabilitação Urbana”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO – CONSULTA PÚBLICA.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, como sabe, este regulamento veio a reunião da Assembleia, e eu logo, na altura, disse que muito em breve sairia Legislação que iria fazer com que o nosso trabalho fosse infrutífero. Não fez com que o nosso trabalho fosse infrutífero na totalidade, mas obriga-nos agora a aplicar algumas situações que vão de alguma forma controlar o barulho das atividades ruidosas. E portanto, o que está diferente neste são os artigos 11.º e 12.º, basicamente. -----

Em Reunião de Câmara, o que se pensou fazer – e aqui também gostaria de ouvir o contributo dos Srs. Deputados – era ver as situações mais críticas que estão com a GNR, obviamente, e que a Câmara pudesse pedir um orçamento próprio para ver quanto é que estes limitadores e registadores de potência sonora ficariam. Aqui, a ajuda que vos peço é esta: nós sabemos que estão identificados três ou quatro pontos, mas nada obriga a que um estabelecimento que nunca pediu horas extraordinárias não o possa pedir. E se nós só apoiarmos a aquisição de quatro ou cinco limitadores, podemos ter este problema nos outros e nas freguesias. Ou deixamos que seja a iniciativa privada a adquirir estes limitadores, que agora são obrigatórios, ou nós tentamos de alguma forma colmatar as situações, que sabemos onde é que existem, na sede do concelho. Não sei se me fiz entender. Basicamente, os problemas que temos, dos processos contraordenacionais que temos aqui, são basicamente de três ou quatro estabelecimentos; não aparecem mais – ou processo de ruído, ou queixa, ou uma série de coisas. Os outros não aparecem. A ideia é que a Lei, ao obrigar a ter um limitador, nós não



sabemos qual é o custo deste limitador – isto é muito novo ainda. Ou apoiamos, e apoiamos em termos de atividade económica, nos que temos os processos contraordenacionais, ou não apoiamos porque pode vir outro qualquer e dizer: “Então, por que é que apoiaram ali e não me apoiaram a mim, e eu até cumpro?” Esta é a situação que eu deixo em debate. Não é o que está em debate; deixo-vos para pensarem. E quando nós tivermos também valores, que estamos a pedir isso, porque tecnicamente há duas ou três empresas ainda só a trabalhar nisto, para vir a uma próxima reunião, mas é neste contexto. Não tem a ver com o contexto do regulamento; tem em apoiar, ou não, uma atividade económica. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente a isso, com certeza, não precisarão do meu conselho, acho que o Instituto de Soldadura e Qualidade é uma instituição... De qualquer forma, eu volto a referir o seguinte, Sr. Presidente: havendo este documento, em que apenas dois artigos são alterados, teria sido útil enviar uma nota para os Srs. Deputados a dizer, a alertar para este ponto, porque, como sabe, o tempo é escasso, e nós gostaríamos de dar o nosso melhor na participação que fazemos nesta Assembleia. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** A Lei sobre o ruído é clara: quando ultrapassa os decibéis, o estabelecimento tem que utilizar; o proprietário tem que, para permanecer nesse local, eliminar os ruídos. A Lei é clara sobre os ruídos. Evidentemente que se está a prejudicar terceiros. Sendo a Lei clara, eu penso que é uma situação de fiscalização, e de levar para a frente as coimas e o fecho das instalações. Evidentemente que a Lei tem que esclarecer quem é que vai colocar, ou não, o aparelho para medir os decibéis dentro dos seus estabelecimentos. Portanto, deixamos isso para a Lei, porque a Lei é clara. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Deputado Luís João, se faz favor. -

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Se é a opinião individual de cada deputado, a minha opinião é que sim, são três ou quatro casos, e se a Lei impõe, e se a aquisição for mais que uma percentagem da faturação dessa casa, acho que faz sentido o Município apoiar a iniciativa económica. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** De acordo com o Luís João, mas transbordar depois para os casos que possam surgir mais, não são só os três ou quatro iniciais. Ficar essa parte salvaguardada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segundo entendo, é a criação de um regulamento que contemple o acesso a um apoio camarário, que me parece adequado. Sr. Presidente, tem alguma coisa a falar sobre esta questão? Há uma declaração de voto do Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Declaração de voto**-----

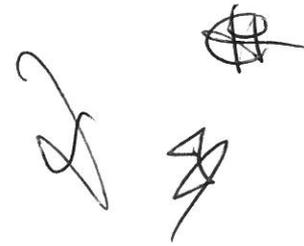
-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** *“Os níveis de ruído, se formos a uma consulta rápida à internet, vinte decibéis é considerado restício; trinta decibéis é um “whisper quiet”; o inglês “whisper quiet” é um sussurro tranquilo. Uma rua com muito tráfego são oitenta decibéis; uma conversa são sessenta decibéis. E temos ali dez decibéis de ruído, na parte mais abaixo; era na parte onde estavam os decibéis, eu procuro aqui. Exatamente aí. Níveis de emissões superiores a dez decibéis? Emissões superiores a cinco decibéis, quando uma conversa são sessenta decibéis? Eu tenho aqui um medidor de decibéis no meu tablet, nós estamos a setenta decibéis, neste momento, na Assembleia.”*-----

Pronto, era só para registar por que é que eu vou votar contra. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Srs. Deputados. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor, 2 votos contra (dos deputados Maria de Fátima Gonçalves (PS) e Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS) e 3 abstenções, **aprovar e submeter a consulta pública o “Regulamento do horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Torre de Moncorvo”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



PONTOS 7 — REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS INSCRITOS NA ESCOLA DE FUTEBOL DRAGON FORCE.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu iria só pedir, vou ter que me ausentar durante dez minutos, mas o Sr. Vice-Presidente, isto é do pelouro dele, e só deixar esta nota: é que se não tivermos um regulamento, o que a Lei aplica... (Interrupção inaudível).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-Presidente, quer apresentar-nos este ponto, por favor, então? -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Isto é a continuação do que veio na última Assembleia, e o pedido de alteração foi conforme aqui deliberámos, que foi o art.º 9.º, que havia uma alínea duplicada; no art.º 6.º havia um erro de numeração; o art.º 3.º, a alteração do Ponto 2, que se retirou, que estava lá que o mínimo era trinta bolsas, e retirou-se por completo, porque foi essa a sugestão; e no art.º 13.º, creio eu, por causa do recurso, que incluímos uma alínea com a possibilidade de recurso. Portanto, tudo o resto ficou na mesma, à exceção destas alterações.--

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Isto, efetivamente, corresponde àquilo que foi deliberado na Assembleia. -----

Haverá alguém que se queira pronunciar sobre o assunto? Faça favor, Sr. Deputado. Faça favor, tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Toda a gente sabe que eu vou votar contra isto, por entender que os dinheiros públicos dos contribuintes não devem ser aplicados em bolsas de estudo para aprender a jogar futebol. Além disso, entendo que o apoio dado a esta escola em nada vem favorecer as estruturas desportivas de Moncorvo, como sejam o GDM, o Sporting de Moncorvo, o Santo Cristo, são clubes que sempre proporcionaram a prática de futebol em Moncorvo, sempre ensinaram a jogar futebol aos garotos, aos miúdos de Moncorvo, aos meninos, mesmo aos mais pobrezinhos, nunca nenhum ficou excluído. Por isso, nunca precisaram também de bolsas. E voto contra exatamente por causa disso.-----

Depois, recomendo que tenham um bocadinho mais de cuidado ao redigir os documentos. Logo na primeira página diz que “é atribuição da Câmara proporcionar os conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento desportivo das crianças na mobilidade do futebol”. Penso que queriam dizer “modalidade”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma alteração? Eu lembro ao Sr. Deputado que nesta altura não estamos a discutir aqui a Escola Dragon Force; estamos a discutir um regulamento de bolsas. Espero que isto tenha ficado claro. Mas é um regulamento de bolsas, Sra. Deputada. Com certeza, Sr. Vice-Presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** A bolsa não tem nada a ver com a Escola Dragon Force; a bolsa tem a ver com as crianças do nosso Município. Isto é um valor que é pago mensalmente a quem quiser andar na Escola Dragon Force, que paga uma mensalidade à Escola Dragon Force. Dessa mensalidade, cinquenta por cento (50%) desse valor é revertido em retorno ao Município. E posso lembrar que este ano, no apuramento do saldo – e isto já veio aqui à Assembleia – no apuramento do saldo houve um retorno de quatro mil e duzentos euros (4.200€) dessas mesmas mensalidades que esses alunos pagam na Dragon Force, houve um retorno ao Município de quatro mil e duzentos euros (4.200€), que vai ser aplicado em condições de equipamentos que não tinham – andavam com meias rotas, andavam com equipamentos totalmente degradados, e eram do Grupo Desportivo de Moncorvo, e representam exclusivamente, em competição, o Grupo Desportivo de Moncorvo. O que está aqui a Dragon Force, foi aquele protocolo que já veio aqui, e que poderá ser debatido novamente quando vier cá outra vez, não é isso que está em questão; é o regulamento, se apoiamos, ou não, crianças carenciadas que possam ter todo o apoio da parte do Município, que prescindimos daquilo que vem, do retorno que vem para o Município, prescindimos desse retorno naquelas crianças mais necessitadas e que gostariam de jogar futebol. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, peço desculpa, há uma segunda ronda, pode inscrever-se, se quiser. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** O benefício que há, e a inscrição – volto a frisar isto – do valor dos cem por cento (100%) que eles pagam à Dragon Force, eles devolvem cinquenta por cento (50%) ao Município. Nos que são com bolsa, não pagam nada, nem à Dragon Force, nem é retornado nada ao Município; estão lá de forma totalmente gratuita. Evidentemente que são candidaturas que se fazem, conforme explica o regulamento – e este regulamento aqui vem essencialmente no sentido de podermos – e foi isso que foi frisado também na outra Assembleia, em que não estive cá, foi frisado que é pelo facto de não haver forma de

cessação dessa atribuição. Ou seja, nós, quando atribuíamos a bolsa, era durante um ano. Se o aluno, alguns deles, que se apresentavam a um ou dois treinos, beneficiavam dessa bolsa, dos equipamentos, de tudo a que tinham direito, e nunca mais lá apareciam, e nós não tínhamos forma de fazer essa cessação. E agora, o que está aqui plasmado neste regulamento é essa possibilidade, é também de haver a possibilidade, se o aluno não cumprir com aquilo que é estipulado, de podermos nós também fazer a cessação dessa mesma bolsa de estudo. Quando falo em bolsa de estudo, é porque dizemos que aquilo é uma escola de futebol, não tem nada a ver com o estudo dos livros, o que também é – e para o Sr. Deputado que referiu aqui – aquilo também é uma escola, porque também fazem lá os deveres, têm lá outras atividades. Para além do ensino do futebol, têm lá outras atividades que são importantes para o desenvolvimento humano, e para o desenvolvimento do aluno enquanto pessoa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só para dizer que é muito bem feito pelo Município apoiar pessoas mais carenciadas. Se havia pessoas que não podiam andar na escola – crianças, neste caso – que não podiam andar na escola porque não tinham posses financeiras para tal, acho que faz todo o sentido o Município, perante a condição de igualdade de oportunidades das crianças, ajudar, na forma de uma bolsa de estudo – parece que foi a melhor forma que o Município arranjou – essas crianças. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Aqui não há igualdades de oportunidades. Aqui, em Moncorvo, não há igualdades de oportunidades, porque para haver igualdade de oportunidade, as crianças andariam todas no GDM, que também era uma escola, haveria bolsas para pagar ao GDM e o GDM autossustentava-se, como se sustenta o Dragon Force (que não sei se se autossustenta, ou não), estas verbas que vêm do Estado para o desporto eram entregues ao GDM, que é o grupo da terra, que eu saiba, Grupo Desportivo de Torre de Moncorvo, e aí sim, haveria igualdade. -----

É quanto às crianças que andavam no GDM com os equipamentos rotos e com as meias rotas, como diz o Sr. Vice-Presidente da Câmara, se tivessem acesso a essas bolsas, com certeza que andavam com equipamentos em condições. Ou é preciso descer um bocadinho mais abaixo, à escola? Não sei onde é que está a igualdade. É só isso que eu quero dizer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente, tem a oportunidade de responder. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Eu prescindo da resposta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Luís, eu concordo plenamente. Agora, espanta-me um indivíduo que vota contra quando eu proponho que se pague os transportes aos alunos da escolaridade obrigatória, obrigam os alunos a estudar e não lhes querem pagar os transportes escolares, e quem vota contra vem-me agora dizer que é uma questão de justiça, estas bolsas para jogar futebol? Santo Deus. O Sr. Luís e os outros. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para responder. Faça favor. Só sobre este ponto. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Não deixa de haver apoio, Sra. Deputada, ao Grupo Desportivo de Moncorvo, dentro das nossas possibilidades, não nos moldes que era antigamente, como eles tinham nos anos anteriores... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, desculpe, tem de se calar. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Se ela se calar, peço desculpa, eu falo. Eu quando me refiro a "eles", eram os Executivos anteriores, em que havia verbas destinadas, não à prática desportiva, mas a um clube, essencialmente, em que tiveram ao longo dos anos alguns milhões de euros, e nem isso foi suficiente para que as crianças tivessem equipamentos em condições de o terem agora. Mas, pronto, isto é outra coisa. -----

O que me interessa aqui, e é o que está em discussão, penso eu, Sr. Presidente, é este regulamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Exatamente, eu gostaria que se restringisse a este regulamento, e que não divagasse. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** É isso mesmo. Penso que se, por acaso, houver necessidade de debate futuro sobre este ponto, estarei disponível para esclarecer quaisquer

outras dúvidas noutro sítio onde estou com esse pelouro. Para isto aqui, agradecia que nos cingíssemos, realmente, a este regulamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, isso é um problema seu, pode ser levantado noutra ocasião. Sra. Deputada, desculpe, esse ponto, pode trazê-lo numa próxima Assembleia, no período de antes da ordem do dia. Nesta altura, o que estamos a discutir é um regulamento, e este regulamento está em discussão, e não podemos dispersar-nos. Já vamos com o tempo muito alongado, mas mesmo que não fossemos, temos que nos restringir exatamente àquilo que é a Agenda, e não podemos sair desse ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados *Maria de Fátima Gonçalves (PS)* e *António Júlio Andrade (PS)*) **aprovar o “Regulamento de Bolsas a atribuir aos alunos da Escola Dragon Force”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

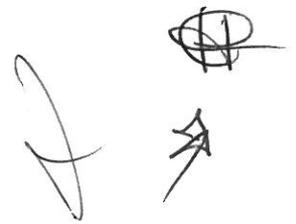
PONTO 8 — PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO PSICOMOTOR ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A ASSOCIAÇÃO LEQUE – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto a deputada **Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, ou quem ele delegar.-

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, este protocolo, penso que não deixa dúvidas: é a forma de possibilitarmos a uma criança que tem estas dificuldades, de lhe facultar a reabilitação psicomotora numa instituição vocacionada para este fim. -----
Vem à Assembleia Municipal porque como eu falei logo no início, tem encargos em 2016 e 2017, e portanto, tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal a repartição de encargos.---

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Fátima Gonçalves, faça favor. -----



-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Eu tenho só uma dúvida aqui em relação ao (nome omitido): esta técnica do Leque vem uma vez por semana a Moncorvo...-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Eu peço desculpa, se não se importasse, Sr. Presidente, eu gostava que não fosse divulgado o nome da criança. -----

-----**Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Está ali o nome escrito, (nome omitido). Está ali escrito, por isso é que eu disse o nome, para não me dirigir a “um menino”, mas também vejo ali o nome. Não sei quem é, mas vejo ali o nome. -----

Portanto, em relação àquele menino, eu gostava de entender: as deslocações de uma técnica do Leque, que é uma associação de Alfândega da Fé, e que vem a Torre de Moncorvo assistir este menino, quanto tempo? É a semana toda? Dois dias por semana, só?-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Realmente, Sr. Presidente, seria bom que de futuro, pelo menos, houvesse ocultação de nomes, mas não há forma, nesta altura, de o evitar. Peço, de qualquer forma, que se estiverem de acordo, em termos de ata, o nome seja omitido. Alguém se opõe a isto? Então, em ata, será “o aluno”, ou “o jovem”, mas o nome será omitido. Muito obrigado. -----

Dou a palavra ao Sr. Vice-presidente.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Mais uma vez as minhas desculpas, e agradeço imenso essa atenção, para que não conste nas atas, porque foi por nós solicitado, e houve algum problema dos serviços, que com certeza não retiraram o nome da criança. Não é que nós estejamos a esconder nada, mas a família pediu anonimato, e agradeço que seja cumprido esse anonimato. Sim, mas poderia haver ou não haver esse problema, mas nós gostaríamos de cumprir esse pedido de anonimato por parte dos pais. -----

Em relação a isto, o chegarmos aos quatro dias durante a semana foi fruto de reuniões entre a ação social, entre a responsável da educação especial da escola e dos próprios pais. Sim, são quatro tardes que vêm aqui. Isto já foi o acordo com a própria mãe, e os pais. Primeiro ainda se pensou a possibilidade de a criança em questão se deslocar aos serviços da Leque, mas depois não havia essa possibilidade, porque a criança também já sai com os pais para outras localidades do país para desenvolver esses tratamentos, e o que sucederia era sair mais dois dias, era penoso para a criança. Depois, pensou-se na possibilidade de ser um dia completo e duas tardes. Depois, ele é que achou que seria mais vantajoso trabalhar com a criança em ambiente de escola, em ambiente de aula, as quatro tardes. Pronto, e foi assim que foi decidido, num acordo perfeito entre os pais, entre a Associação Leque, entre o Agrupamento

Escolar, e nós, que somos os responsáveis exclusivamente só pela aceitação da despesa e do pagamento da importância. Mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou **por unanimidade aprovar o “Protocolo de colaboração entre a Associação Leque e o Município de Torre de Moncorvo cujo objetivo é estabelecer formas de cooperação entre a Associação e o Município de Torre de Moncorvo sobre o apoio a prestar na área de reabilitação psicomotora. Os encargos resultantes com a assinatura do protocolo para 2016 é de 688,80€ e para 2017 é de 4.132,80€”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO 2017. -----

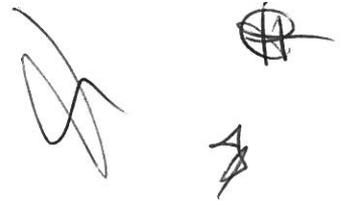
-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Este ponto foi enviado *a posteriori*, com certeza haverá uma justificação para isso. Sr. Presidente da Câmara, por favor. -----

----**O Presidente da Câmara:** São os serviços técnicos. Sr. Manuel, por que é que foi enviado depois da hora? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não me parece que seja grave, e a Assembleia não está aqui para dificultar a vida ao Executivo, e muito menos para dificultar a vida ao Município. Mas, se algum dos Srs. Deputados tiver alguma objeção a esta questão, vamos aceitar como uma situação normal. Eu só digo isto porque tenho num documento à parte, dado que não fazia parte do documento inicial. -----

Sr. Presidente da Câmara, queira explicar-nos, por favor. Eu acho que toda a gente sabe mais ou menos do que se trata. -----



----**O Presidente da Câmara:** A intenção deste empréstimo a curto prazo é, como tem sido hábito, um empréstimo de tesouraria para, se houver alguma dificuldade num mês ou noutro, podermos ter uma salvaguarda. Como podem ver na situação financeira a 30 de novembro de 2016, empréstimo a curto prazo, zero. Ou seja, foi liquidado o que foi utilizado – posso dizer-vos que foram liquidados trezentos mil euros (300.000€), e portanto, estamos a zero. Este será só para ser utilizado em caso de dificuldades. -----

----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)) **autorizar** a Câmara Municipal a contrair um “**Empréstimo a Curto Prazo para 2017, até ao montante de 500.000,00€, junto da Caixa Geral de Depósitos, com a taxa de juro de 0,85% e aprovar a minuta do contrato**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 10 — CONCURSO DE PRESÉPIOS 2017.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----**O Presidente da Câmara:** Muito bem. O Concurso de Presépios é o que já se tem vindo a fazer. Aqui, o que se pede é que sejam feitos, porque, efetivamente, têm sido feitos pelas Juntas de Freguesia, que sejam as Juntas de Freguesia também a receber o prémio de participação, às Juntas aderentes, que será no valor de duzentos e cinquenta euros (250€). Essa é uma competência da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu gostava de saber por que é que não ficou precavido nos outros anos. Ou seja, eu estou a ver que isto tem retroativos, duzentos e cinquenta (250€) por ano, mas em 2014. Foi por algum lapso, ou por algum problema, que na altura não consegui perceber. Falou que era da Junta, não consegui perceber. É só uma questão de entender o porquê da retroatividade. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Esclareça-nos, Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Teve única e exclusivamente a ver com um lapso no Orçamento, e que tem que ser com acordos de execução. E este, sempre que é com as Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal é quem tem a competência para deliberar. Portanto, juntaram-se todos para ser feito um único acordo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos por a votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade aprovar o “Concurso de Presépios 2017”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 11 — ADESÃO “EFI – DUERO SCEL COOPERATIVA DE CONSUMO ELÉTRICO”.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Maria De Fátima Salvador Gonçalves** (PS) e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Portanto, isto trata-se de que nós já pertencemos ao AECT Duero-Douro, que é um agrupamento de corporação transfronteiriça europeu, a que já pertencemos, e eles agora, esses estudos que fizeram na região de que fazemos parte, de toda a parte espanhola e a parte portuguesa, dos municípios e Juntas de Freguesia que são associados, fizeram um estudo e acharam que o mercado ibérico está livre da compra de eletricidade, e eles fizeram um estudo bastante exaustivo sobre isso, e acharam que,

formando-se este território como uma cooperativa, havia possibilidade de comprar – como compra a EDP, como compram as outras operadoras – comprar também e ter o mesmo preço na aquisição de eletricidade e fornecer a todos os municípios, particulares, instituições, todas as outras que façam parte do nosso território, ao preço de custo a que ficar à cooperativa. Portanto, traz aqui, de alguma forma, uma possibilidade de melhoria em termos de faturação. -- Isto é só darmos aqui a possibilidade de darmos o nosso aval na aquisição disso. Tem um custo de entrada de cinquenta euros (50€), que vinte (20€) são de entrada, tem mais vinte e cinco por cento (25%) desses vinte (20€) que ficarão para o FI, e para custos de administração serão mais trinta euros (30€). Portanto, tem um custo total de cinquenta euros (50€), e que nós, quando queiramos sair, nada nos obriga a ficar, em qualquer altura podemos sair, desde um mês de antecedência, e são-nos ressarcidos outra vez os vinte euros (20€) que pagamos de quota de entrada; teríamos só o custo de trinta euros (30€). O estudo, como digo, e tenho aqui, o estudo que se fez, e vem com o aval do nosso departamento técnico, do Eng.º José Morais, vem com o aval dele perfeitamente, que é de bom tom que nós entremos, e com a possibilidade de melhoria que vamos ter em termos de faturação de energia elétrica. -----
Alguma dúvida que possa haver. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. Dou a palavra à Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** Isto vai reduzir nas faturas do consumidor, que é o que mais nos interessa, mais ou menos que percentagem? Já sabem? ---- Também queria falar aqui sobre a tarifa social da EDP, que já está em prática, é automática, não sei se é acumulável com esta redução do Duero-Douro. -----
E já agora, também deixar aqui um lamiré com a tarifa social da água, que a Câmara de Moncorvo ainda não tem, e se calhar era bom pensar sobre isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Não só a tarifa social, como já frisou a colega, mas também há outra que é a tarifa verde, que é para a agricultura também, se essa também será acumulável a este novo serviço de prestação de energia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Srs. Deputados. Sr. Presidente, se faz favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, aqui o que se pretende é adquirir mais barato; tudo o resto é acumulado. O que se compra agora à EDP também tem a tarifa social; aqui, se comprarmos mais barato do que compramos à EDP, tudo funciona de forma igual. Portanto, nós vamos ter aqui uma redução que é no mercado ibérico, onde vamos poder comprar. Basicamente é esta a grande vantagem. -----

Só para não ficarem dúvidas, é que a tarifa social da água vai ser regulada pelo Governo, e curiosamente o Município de Torre de Moncorvo mandou para a ERSAR, que está à espera de aprovação, em 2016, a tarifa social. Portanto, também não é verdade que Moncorvo não tem. Mandou para a ERSAR, está para ser aprovado, já com a tarifa social, que até implicava gratuidade a famílias com graves carências, até cinco metros cúbicos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 58.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (da deputada *Maria de Fátima Gonçalves (PS)*) **aprovar:**-----

- **“A) Os Estatutos Sociais da Cooperativa Comercializadora de Eletricidade do AECT Duero: Douro Efi-Duero, Sociedade Cooperativa Europeia SCE Limitada;**-----
- B) Subscrever a Contribuição Obrigatória de Capital Social de 20,00€;**-----
- C) Autorizar o pagamento único de 50,00€”;**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 — REGULAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL SABOR ARTES.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Este ponto é só para pedirmos autorização para podermos fazer a abertura de concurso de futuras empresas ESE que se queiram instalar no Município, isto também foi feito um estudo pela nossa equipa técnica, da possibilidade de além da alteração toda da luminária que temos para LED, na possibilidade de ganhos em termos de redução de vinte e cinco por cento (25%), mais ou menos, em termos de custos de faturação



de consumos. Isto tudo é da responsabilidade da ESE que concorrer; todos os ganhos que daí provirem serão para a ESE, com vinte e cinco por cento (25%) do retorno para o Município, na possibilidade de vir a ter vinte e cinco por cento (25%). Os estudos vão ser feitos, evidentemente, estão a ser elaborados; é só a possibilidade de nós podermos avançar com esta implementação da aquisição de luminárias através das ESE. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----
E já que estamos na questão elétrica, eu gostaria só de ter uma informação, se fosse possível. A questão da energia reativa, não sei se já foi instalada, na última reunião foi aqui falado sobre o assunto. Já está instalado? Pelo menos é uma preocupação a menos relativamente aos custos com a energia do Município. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea p) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (da deputada *Maria de Fátima Gonçalves (PS)*) **aprovar a “ proposta técnica para um modelo de negócios por 12 anos” e autorizar a alteração ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 13 — EMAR – ÁGUA E RESÍDUOS DE VILA REAL – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)**, **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Francisco António Roque Braz (Coligação PSD/CDS)**, **Maria De Fátima Salvador Gonçalves (PS)** e **António Manuel Martins (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara para nos elucidar. Imagino que nós tínhamos aqui aprovado dois estudos para a Câmara de Moncorvo. Provavelmente já há conclusão. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Dois estudos, um que é da EMAR, e outro que era da Resíduos do Nordeste, se bem se recordam. A EMAR chegou já a uma solução que nos parece ser a mais vantajosa. Em termos de custos, o que nos era proposto pelas Águas de Portugal, ou

Águas do Norte, eram cerca de vinte e sete euros (27€) por dez metros cúbicos, se bem se recordam; aqui consegue-se uma redução para os vinte e dois e noventa (22,90€). -----

A grande questão que temos aqui é que o paradigma das águas alterou-se completamente, não só o das águas, como também a própria capacidade de irmos concorrer aos fundos europeus. Os municípios que não estiverem agregados – e não vai haver quem não esteja agregado – não podem ir por se aos fundos europeus; tem que ser com sistemas agregados. Nas Águas do Norte, dos oito que ficaram, dois saíram e um está para sair. E como é que foi feito o cálculo? Douro e Paiva saíram, e portanto, têm, durante os cinco anos, de financiar as Águas do Norte, durante esses cinco anos. Depois dos cinco anos, não há financiamento possível. Aqui, como é que se vai fazer o financiamento? É feito pelos municípios, como é óbvio, mas estando agregados, o Governo dá o aval para cada Município poder ir buscar dois milhões de euros (2.000.000€) para fazer face a uma série de problemas que nós temos, e também para fazer face à situação que agora se criou, porque estava pacífico que iríamos todos fazer parte das Águas do Norte, os municípios do litoral iriam subsidiar, em parte, o preço dos do interior. Como isso foi anulado, agora temos que criar novas situações. E foi por isso que a Assembleia Municipal se pronunciou em fazer dois estudos: uns com as Águas do Norte, e outros com a EMAR. Depois de ter sido aqui estudado também e acompanhado pelos nossos técnicos – quer um, quer outro, foram acompanhados pelos nossos técnicos – a EMAR vem trazer esta solução com os municípios – não todos – com nove municípios da CIMDouro.-----

E portanto, o que está aqui é o pedido de constituição da empresa local, que terá a designação de Águas do Interior Norte, a proposta de transferência de gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais para as Águas do Interior Norte, com a proposta do contrato de gestão e a aprovação dos documentos que depois seguem: proposta de deliberação, estatutos, acordo parassocial, estudos técnicos, estudo de viabilidade económico-financeira, contrato de gestão delegada, regulamento de serviço público de abastecimento de água e regulamento de descargas e águas residuais. -----

Vantagem em relação às Águas do Norte: é que os municípios, todos juntos, só tinham quarenta e nove por cento (49%), e as Águas, cinquenta e um (51%). Neste só é intermunicipal, ou seja, só os municípios é que vão estar no Conselho de Administração e nos órgãos de gestão. E depois, temos outra situação, que não nos é imposto, não nos é obrigatório haver uma única entidade gestora; ou seja, podemos coincidir – e nós temos aqui três entidades gestoras: o Felgar, a União de Freguesias do Felgar e do Souto e a Junta de Freguesia da Açoreira – e portanto, estas partes dos acordos são negociados e não impostos. Esta, para mim, é a grande vantagem, porque os municípios vão ser verdadeiramente os detentores das decisões. E com isto, penso que damos um passo em frente. -----

Obviamente que se me perguntarem, este é o melhor que nos foi apresentado; agora, se vai correr tudo bem, é um caminho que se faz caminhando, como agora se usa dizer. Não vos posso dar essa certeza. Mas, do que temos, é o melhor passo. E depois, com outra situação: é que não podemos ficar sozinhos. -----

Portanto, é isto que vos é apresentado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

A questão da água é uma questão muito importante, e cada vez mais. Há quem diga que a água é o petróleo do século em que estamos. E Moncorvo tem uma situação muito especial, tem os sistemas especiais e específicos, e eu gostaria que houvesse mais informação sobre este aspeto. Sei que um técnico superior da Câmara de Vila Real, que está a liderar o processo, esteve aqui na Câmara Municipal a apresentar esclarecimentos; penso que seria útil que ele pudesse vir a uma próxima Assembleia explicar-nos melhor este assunto. Até diria mais, eu não sei se não se justificaria até eventualmente uma Assembleia Extraordinária para discutir a questão da água, porque imagino que é algo que é complexo, e que, obviamente, nós estamos num colete de forças porque, por um lado, temos que nos unir, ou temos que nos associar, mas por outro, não podemos ignorar o que é a realidade municipal, e tenho a certeza que a Câmara não o ignora. -----

De qualquer forma, dado que isto vem à Assembleia, vou abrir as inscrições para as pessoas se pronunciarem. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, desculpe a minha ignorância, eu não sei, os resíduos desta região são acompanhados e vão para o aterro de Mirandela, não é? Os resíduos sólidos urbanos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tanto quanto eu sei, é assim. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** E se aderirmos a esta empresa dos resíduos de Vila Real, isso deixará de acontecer? Haverá outro sítio? Nós vamos estar integrados com os outros municípios do nordeste? Não estamos? São perguntas que eu, realmente, não me sinto agora habilitado, e gostava de conhecer toda essa realidade, talvez explicar-se melhor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Leonardo Meneses:** Sr. Deputado, a questão que está aqui em causa é a baixa da água e saneamento e águas pluviais. Por isso, não tem nada a ver com a parte dos resíduos. Nos resíduos, existe uma agregação de municípios noutra contexto, com outro tipo de associação de municípios, que gere os resíduos (lixo). Esta parte diz respeito à utilização da água em baixa – da água em baixa – do saneamento e das águas pluviais. É aquilo que está em causa, não tem nada a ver com os lixos. Os resíduos não têm nada a ver com isto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, temos aqui uma situação que são resíduos não sólidos, ou resíduos líquidos, é isso? -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Leonardo Meneses:** Exatamente. Também podem ser sólidos, mas de natureza humana. -----

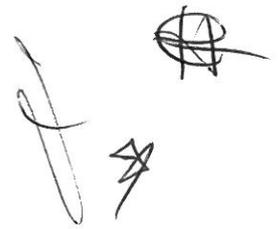
-----**O Presidente de Mesa:** Efluentes, como lhe queiram chamar. Mais alguma inscrição? Sr. Deputado, peço-lhe que fale ao microfone. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Não, é exatamente essa multiplicidade de redes e de associações, quer dizer, que nós não estamos em parte nenhuma. Eu tenho muitas dúvidas se será a melhor solução, esta de aderirmos a uma associação, das Águas de Vila Real. Tenho muitas dúvidas, só explicando isso tudo muito bem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu gostava de saber: então, quer dizer que o preço dos munícipes, ou das empresas, nesta área, vai ser o mesmo para todos. Ou seja, a partir de agora, será esta empresa intermunicipal que vai dizer quais são os preços da água a pagar. -----

E já agora, isso leva-me a outra questão, que é: o nosso sistema de água em baixa, pelo que eu ouço dizer – acho que também já chegou este número à Assembleia – tem muitas perdas, muitas fugas. Então, será também em Assembleia Geral desta empresa intermunicipal que se vai votar se vai haver obras, ou não, no Município de Moncorvo. E isto leva-me a outras duas perguntas: uma, qual é a situação destes municípios que querem participar connosco, e por que é que os outros municípios da CIM não o quiseram, se têm alguma ideia de por que é que eles não quiseram participar.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Este assunto das águas é muito melindroso. Temos que deixar sempre ressalvado, e acima de tudo, as avarias, que funcionem, no mínimo, como têm funcionado até aqui, por parte do Município, que fazem um trabalho, diga-se, que se pode considerar nos dias de hoje de excelência, porque eles, quando há avarias, nunca ficam mais do que umas poucas horas as localidades sem água, e isso é muito importante. A parte da rede de esgotos, e há muitas substituições de ramais para operar nesse concelho. Eu falo por mim, em Carviçais, e nas outras freguesias certamente também ainda há, já foi referido aí hoje, ainda há muitas tubagens em fibrocimento, e essas situações têm que ficar todas acauteladas. E a parte das avarias é muito importante, porque depois quem sofre as consequências são os Presidentes de Junta, porque não há água, que indiretamente não têm nada a ver com a água neste momento, porque quem recebe o dinheiro é a Câmara, quem trata das avarias é a Câmara, e essa parte nunca pode ficar descuidada, porque depois vêm para cima dos Presidentes de Junta; e a seguir, os Presidentes de Junta vêm para cima da Câmara, evidentemente. São situações muito importantes junto da empresa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** A Câmara é o maior investidor, se isto for para a frente, desta empresa intermunicipal. Pelos números que eu vi aqui, a Câmara de Moncorvo é o maior investidor. Sete vírgula sete (7,7%)? O que é que vamos beneficiar? Não estou a falar nas tarifas da água; falo nas limpezas dos tanques, no cloro, nas análises da água, no saneamento, nas ETAR's – há já uma queixa, parece-me, no Ministério do Ambiente, da Foz do Sabor, com uma fossa a céu aberto, com água poluída, que tem análises desde 2012, onde funciona uma praia, onde há tanta coisa inerente aqui, onde sai ali da ETAR do fundo do Carrascal, tudo a céu aberto até lá abaixo à Foz, todas essas coisas são fiscalizadas por quem? Pela Câmara Municipal? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. -----
Sr. Presidente, eu, realmente, já tinha a convicção de que é um assunto complexo, fiquei ainda mais depois de ouvir os Srs. Deputados, e gostaria que considerasse a hipótese de podermos, eventualmente, ou numa Assembleia arranjar um espaço especial para esclarecimento, ou

eventualmente mesmo ter uma Assembleia Extraordinária só dedicada a este tema. Mas, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, eu não vejo nenhum inconveniente em que se faça uma Assembleia Municipal Extraordinária; tem é que ser até 31 de dezembro para entrarmos. Portanto, se for até 31 de dezembro, estejam à vontade para a fazer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, desculpe lá interrompê-lo, mas o que eu acho, pelo menos daquilo que nos foi aqui dito, esta entrada e saída é facultativa, nós em qualquer altura podemos sair do sistema. Isso é da parte elétrica? Peço desculpa. Faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Portanto, se for até 31 de dezembro, estejam à vontade, vejam um dia e façam a Assembleia. Eu estarei cá, e convidamos quem for necessário. -----

Agora, a questão aqui, as obras, eu acabei de dizer que cada Município tem logo à partida dois milhões de euros (2.000.000€). Isto foi com o Governo. Só os sistemas agregados é que têm hipótese de ter estes dois milhões de euros (2.000.000€). Se me perguntarem se basta, não chega; Moncorvo precisa de uns cinco milhões (5.000.000€), no mínimo, assim para as primeiras coisas. O que é certo é que, sozinhos, não podemos ir lá. E não é uma nova associação, é uma empresa dentro da CIMDouro. A CIMDouro vai fazer duas: vai fazer o Douro Sul e o Douro Interior. Porque a primeira que se pensou, e cujo estudo foi elaborado pelo Eng.º Nuno Cardoso, era impossível, era muito grande, realidades completamente diversas. E portanto, avançou-se para estas duas empresas: Douro Sul, uma parte, Douro Interior, noutra. Esta vantagem, quando dizemos que é uma vantagem, é uma vantagem por ser municipal, porque agora estamos sempre submetidos aos conceitos da ERSAR, mesmo em termos de preços. Mesmo em termos de preços. -----

Agora, a questão aqui, quando me perguntam: "Há fossas a céu aberto?", nós candidatámos à POCUR a Praia da Foz, e a APA veio dizer que a água era de excelente condição, e então não podia estar dentro dessa candidatura. Eu estou a dizer uma coisa que é oficial, que é da Agência Portuguesa do Ambiente. Acho que todos já ouviram. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, peço desculpa, não pode fazer apartes. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, as análises estão também publicadas e podem ser vistas, é preciso é saber lê-las. E como a maior parte das vezes vê-se qualquer coisa que está escrito e já está feito, é por isso que temos sempre estas situações. -----

Agora, o que eu quero dizer-vos é o seguinte: é a única hipótese que Torre de Moncorvo tem de conseguir fundos para esta situação; é a única hipótese de estarmos integrados com outros municípios da mesma realidade que nós temos, e estarmos integrados com um Município que permite que seja sustentável, que é Vila Real, porque tudo o que for inferior a cem mil consumidores não tem possibilidade nenhuma, não tem hipótese. Nem tem hipótese, nem é apoiado pelo Governo. Agora, se me dizem novamente: “Mas, isto não é bom”, pois não, eu acho que a situação anterior era boa: estávamos todos na mesma empresa, uns que tinham mais, do litoral, pagavam cerca de seis cêntimos (0,06€) a mais no final de um período transitório para nós podermos ter entre um e meio (1,50€) e dois euros (2€) de desconto, essa era melhor. Mas, isso estava tudo assinado, foi agora. E agora põem-nos contra a parede e dizem-nos assim: “Vocês têm que estar agregados, se quiserem ter obra e se quiserem concorrer a fundos europeus”. As Câmaras per se não têm hipótese – não somos só nós, são todos, todos. O que é que vamos fazer? Enfiamos a cabeça debaixo da areia e vamos ver o que é que passa depois? -----

Mas mais, os trabalhadores: em 2008, 2009, e depois 2011, havia uma lista dos trabalhadores do Município que iam integrar as Águas do Norte, assinada pelo responsável pelo funcionamento autárquico. Agora, os funcionários, como é óbvio, só vão se quiserem ir; a mobilidade não é obrigatória. Esta empresa pensa iniciar com cento e noventa funcionários, cerca de cento e noventa, porque são o número de todos aqueles que as Câmaras deram à empresa, para depois ir reduzindo. E claro que os municípios vão ter essas brigadas aqui. Só que as brigadas pertencem a quem? À empresa, não é ao Município. É assim. No fundo, é empresarialmente fazer desta forma. Mas, uma coisa é certa: são os municípios que vão decidir o seu futuro, enquanto nas Águas do Norte os oitenta e seis municípios juntos só tinham quarenta e nove por cento (49%). E eu dou-vos exemplos de Assembleias Gerais, sem nenhum município ter falado com o vizinho, ou porque estivesse mais distante, iam às Assembleias, votavam todos contra, e os administradores das Águas de Portugal, que eram três, votavam a favor, e ficava cinquenta e um (51%) / quarenta e nove (49%), e lá se iam os investimentos, que não eram feitos, uma série de coisas que vocês conhecem, até termos o défice que se sente, e que não há hipótese, porque não é sustentável. Chegou-se a um ponto em que não é sustentável. Agora, cabe-nos a nós ver qual é a situação em que podemos, de alguma forma, resolver este assunto, mas tem que ser célere, porque senão já passou o tempo para andarmos aqui com mais estudos; agora está no tempo das decisões. -----

Continuo a dizer: se até 31 de dezembro conseguirem fazer uma Assembleia Extraordinária, completamente de acordo, vejam o dia, tenta-se trazer cá a pessoa que estudou isto – não é da Câmara de Vila Real, mas é o Diretor da EMAR. Tentem de alguma forma ver, porque o outro que coordenou o estudo, o Eng.º Poças Martins, esse é da ERSAR. Ou seja, é a própria

ERSAR que está a apoiar os municípios a fazerem esta agregação, porque senão não tenho a menor dúvida que onde ficarmos, mas se ficarmos de fora, que dentro de dois, três anos, não vamos estar eu e o Presidente da Junta do Felgar a ver como é que podemos resolver o assunto, ou eu e o Presidente da Junta da Açoreira; vai ser a ERSAR que vai dizer: “Meus amigos, vocês não têm esta rentabilidade, acabou.” Mas, as perdas também, isto tudo está encadeado: nós assumimos um compromisso até 2021, em que temos que fazer o cadastro já em 2017, e até 2021 temos que suprir essas perdas, e também com fundos comunitários. Tudo isto está encadeado de uma forma para termos que decidir. Eu percebo que a água é uma situação difícil, mas era pior no sistema que tínhamos antes da agregação, e era muito pior também do que este sistema que passa só por serem as Câmaras a decidir o seu próprio futuro. Não temos externos. Portanto, somos nós aqui, na Câmara, na Assembleia Municipal, que decidimos o futuro mesmo desta empresa.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Estão abertas as inscrições para uma segunda ronda. Faça favor, Sra. Deputada. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** (Intervenção inaudível) ... supostamente o que se poderá ir buscar, financiado? Ou é mesmo o investimento da Câmara Municipal de Moncorvo? -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente depois vai responder, com certeza. Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, desculpe a minha ignorância, mas não vejo aqui, por exemplo, como é que as Câmaras de Carrazeda, Vila Flor, Mogadouro, Alfândega, aqui nossas vizinhas, como é que resolvem esse problema. Carrazeda, nomeadamente, Vila Flor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João, faça favor.

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Continuo sem perceber se para esta região toda haverá um preço, ou seja, o cidadão vai ser igual em todas as regiões. Gostava de saber isso.- E gostava de saber, o quadro que a Mesa está a apresentar mostra que o capital social, em valor em infraestruturas, Moncorvo tem dois milhões e trezentos (2.300.000€) em infraestruturas, Peso da Régua tem quatro milhões, trezentos e cinquenta (4.350.000€) em infraestruturas, Vila Real tem doze milhões, setecentos e cinquenta (12.750.000€) em

infraestruturas. Pois, mas a nível de infraestruturas, normalmente é uma área, X barragens, etc. Eu gostava de saber quem chegou a este valor, de que forma participativa é que o nosso Município esteve neste valor. E ainda gostava de saber, a parte técnica que falou – por exemplo, falou nos dois milhões (2.000.000€) por Município; esses dois milhões (2.000.000€) serão geridos pelo Município, ou serão geridos por esta empresa intermunicipal, mas afetados a este Município? No fundo é quem gere o dinheiro e as decisões. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu acho que, lamentavelmente, os dois milhões (2.000.000€) não são por Município. São por Município? Então, ainda bem. Faça favor, Sr. Deputado António Manuel Martins. -----

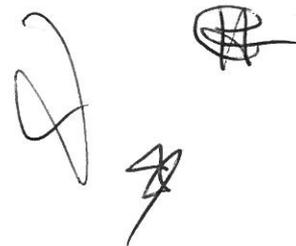
-----**Deputado António Manuel Martins:** Relativamente a este assunto eu apenas queria questionar o Sr. Presidente da Câmara se através desta Empresa Intermunicipal se conseguirá com mais celeridade dar andamento à resolução dos problemas existentes no Concelho com as fossas, em particular as da freguesia de Lousa. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Relativamente à questão da Assembleia Extraordinária, só para lhe dizer que eu não faço questão dela. Tive o cuidado de me informar sobre isto e de falar – enfim, não sei se é do conhecimento, ou não, mas a pessoa que esteve cá, o Eng.º Manuel Moras, já é meu amigo de há muitos anos, estive ao telefone com ele. Eu estou a sentir-me na pele eventualmente dos Srs. Deputados. Se ninguém levantar dúvidas, não será por mim obviamente que as vou levantar. -----
Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Vamos ver se nos entendemos: o quadro que está ali foi realizado pelos técnicos do Município para saber, em termos de infraestruturas, qual é o peso que temos em percentagem do capital social. Portanto, se nós temos em infraestruturas dois milhões, trezentos e dezassete (2.317.000€), corresponde a sete vírgula setenta e três por cento (7,73%). É o capital social. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, não podemos entrar em diálogo. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu quero dizer-vos que isto anda desde 2008 a ser feito, e as pessoas que estiveram à frente, para além dos nossos técnicos, nomeadamente a Eng.ª



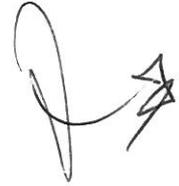
Viviana, foi o Eng.º Poças Martins e o Eng.º Moras, pessoas que eu reputo de alta qualidade e fiabilidade. -----

Agora, respondendo às questões, perguntou-me sobre Vila Flor, Alfândega, estão num agrupamento que se chama o Agrupamento da Terra Fria, são as Terras de Trás-os-Montes, estão num agrupamento próprio. O único que não está, como devem saber, é Carrazeda de Ansiães, porque já estão concessionadas. Carrazeda de Ansiães está num processo litigioso, que foi chumbado agora pelo Tribunal de Contas, de aquisição à concessionária, por dois milhões de euros (2.000.000€), do próprio sistema que devia ser do Município. Mas, como já tinha sido concessionado, até resolver este imbróglio, não pode estar nem num lado, nem noutro. Eles estão um bocadinho mais atrasados do que nós neste aspeto, porque vão ter que readquirir o sistema para depois entrar num sistema intermunicipal. É só por isso que não está. Todos os outros – aliás, nós votámos também essa situação para fazermos um estudo com a Resíduos do Nordeste, que é a Resíduos do Nordeste que está a assumir – ou seja, no fundo, é a cabeça do estudo, como aqui foi a EMAR. Agora, essa é uma situação, penso que me perguntou sobre Carrazeda de Ansiães, é essa a situação. -----

Os dois milhões de euros (2.000.000€) que eu estou a referir, é o Ministério do Ambiente que para o número de municípios que tiver integrado, atribui a cada Município dois milhões de euros (2.000.000€), logo à partida. Claro, para esta finalidade, só pode ser para esta finalidade, para o que o pacto social da própria empresa diz. Não pode ser para gastarmos em rotundas, ou coisas do género, obviamente. -----

Agora, a parte que estávamos a falar há bocadinho, era que os próprios funcionários que estão alocados aqui à Câmara passariam a fazer parte desta empresa – a funcionarem aqui, atenção. No fundo, fica tudo igual como estávamos, só que era com as Águas do Norte, que foram desmembradas, e criou-se essa empresa só municipal. Só municipal, para gerir estas questões, e para possibilitar fazer obra, concorrer a financiamento. Agora, estes dados foram todos pelos técnicos dos municípios, juntamente com o Eng.º Moras e o Eng.º Poças Martins, todos feitos, todos analisados, tudo quantificado, porque só assim é que podia ser. -----

E quero dizer-vos outra coisa: o próprio Eng.º Moras, quando veio cá falar, e veio explicar, como foi à Câmara de Freixo de Espada à Cinta, acho que foi às outras, a mais uma ou duas, e o exemplo que ele deu é que toda a gente tinha muitas dúvidas, mas foi sempre aprovado por unanimidade, porque não temos outra possibilidade, nas próprias Assembleias. É que o Governo, o que nos pôs foi isto neste momento: “Onde é que vocês pertencem? Querem pertencer ou não querem? Se não querem, estão excluídos.” E nem às reuniões vamos. Agora, imaginem, se isto é com nove, imaginem o que seria com dezanove, e o que seria se não fosse a tutela do Governo, como antes era, com oitenta e seis. Porque ali estava legislado, era fácil,



os preços estavam lá. Aqui somos nós que somos donos do nosso futuro, e esta é a grande vantagem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu sei que não me passou delegação para justificar o que quer que seja, mas eu acho, ou pelo menos aquilo que eu entendo relativamente ao capital social, isto é o valor imobilizado, não é o valor de mercado, como é óbvio, porque obviamente as barragens valem muito mais do que isto. E o importante, a meu ver – é evidente que tem de haver um valor razoável aqui, até para dar uma certa sustentabilidade à empresa que está a ser constituída – o importante aqui são duas coisas: uma delas é o capital social, que me parece pouco, mas vindo dois milhões de euros (2.000.000€) por Município, será suficiente para começar pelo menos as obras; e é manter a proporcionalidade, porque também não acredito que, em valor de mercado, o valor daquilo que está na Câmara de Vila Real sejam doze milhões de euros (12.000.000€) apenas. É muito mais, com certeza. Mas, o que é importante aqui, e que volto a frisar, é que haja uma proporcionalidade correta e adequada. E se os técnicos das Câmaras assim o entenderam, e quem está a fazer, parece-me razoável, não me chocam esses valores. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Pois, o problema é que passaram anos a dizer-nos que a boa solução era as Águas de Portugal, era as Águas do Norte, porque em pequenos grupos não dava rendimento, ficava mais caro; agora, vamos para uma solução exatamente ao contrário, de pequeninos grupos. Quer dizer, o meu problema é: não sei se foi encomendado o estudo das Águas do Nordeste, se vai ficar mais caro, se vai ficar mais barato... (intervenção inaudível) ... aqui ao lado, em Trás-os-Montes, pagarem água mais barata do que nós. Eu acho que nos devíamos juntar com as Águas de Trás-os-Montes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Continuo sem perceber se um munícipe que pertence a esta região vai ser igual, ou seja, se vou pagar de água o mesmo aqui que vou pagar em Vila Real. E a minha questão do capital social tem a ver com a tal proporcionalidade: como é que chegámos lá, o porquê dela, se ela pode mudar, ou não, se vai ficar para sempre assim, até porque parece-me... (intervenção inaudível) ... capital social está muito naquela zona de Vila Real, Peso da Régua e Alijó, que até são vizinhos, e ficam com a maioria... (intervenção inaudível) ... dizer como é que chegaram lá, à proporcionalidade do capital social.



E a resposta à minha questão, se vai ser igual para todos, se o preçário vai ser igual dentro da região. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Fátima Gonçalves, faça favor. -----

-----**Deputada Maria De Fátima Salvador Gonçalves:** Eu só fazia uma sugestão, se me é permitido, e com o devido respeito a toda a gente: há tanta dúvida em relação a isto, porque eu não estou esclarecida, o Sr. António Júlio também não está, não temos a sorte do Sr. Presidente da Assembleia, de ter um amigo a quem telefona e lhe explica tudo. Portanto, eu sugeria que adiássemos – não sei quais são os prazos que a Câmara tem, mas para estudarmos melhor isto, porque eu, pelo menos, não estou em condições de poder pronunciar-me acerca disto, nem votar. É uma coisa importante para Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. -----

A questão que se coloca, segundo eu entendi – e quando fiz a primeira proposta de uma Assembleia Extraordinária, estaria a pensar que isto seria um projeto para 2017, algures. Entendo agora que não, que a adesão tem que ser feita até ao fim do mês. Há uma questão que me preocupa: nós vamos entrar na época de natal, e não é fácil, com certeza, arranjar um período. Mas, de qualquer forma, deixo a proposta em aberto, vou colocá-la à Assembleia, e a Assembleia decidirá. -----

Quem entende que é necessário fazer uma Assembleia Extraordinária, por favor, pronuncie-se. Quem quer uma Assembleia Extraordinária? -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por maioria**, com 2 votos a favor (dos deputados Maria de Fátima Gonçalves (PS) e António Júlio Andrade (PS) e 23 votos contra a realização de uma reunião extraordinária. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, não foi aprovada, a menos que o Sr. Presidente tenha alguma coisa a dizer. Vamos passar à votação depois de ouvir o Sr. Presidente da Câmara. Faça favor, Sr. Deputado António Lopes. -----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** A questão que eu ia pôr, e se calhar simplista, é a seguinte: entre dizerem-me: o futuro pode ser decidido por alguém que eu não consigo identificar, por uma entidade que me é estranha, e outra, poder ser eu a decidir o meu futuro, prefiro a segunda hipótese. Para mim, reduz-se a isto. E se é isto, eu concordo com ela. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

Eu subscrevo a sua opinião, por uma razão muito simples: é verdade que há sempre municípios maiores e municípios menores, mas pelo menos daquilo que nos foi dado a ver, da gestão das águas, que era feita antes pelas Águas de Portugal, entre os municípios há sempre problemas comuns. Podemos não estar no melhor dos mundos, mas quer-me parecer que estamos num mundo ligeiramente melhor. Mas, esta é a minha opinião. -----

Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu começaria exatamente por aí: é que os problemas são comuns aos municípios, e não há um terceiro a decidir. Essa é a grande vantagem. Agora, convergência, tem que haver convergência de valores entre todos os municípios, e os nove administradores, que são os nove representantes dos municípios, que só podem ser eleitos – os administradores só podem ser eleitos da Câmara ou da Assembleia Municipal, ou em quem for delegado, desde que eleito; não pode haver delegações de poderes a quem não foi eleito – têm um voto cada um. Não tem voto mediante capital social; tem voto por Município. E por isso é que ficou fechado a entidades externas. Agora, a convergência, há duas situações: uma, que desde 2018 a 2021 tem que haver convergência de valores. Em 31 de dezembro é a última, de 2021, para não ser imposto pela ERSAR, porque pela ERSAR, queria impor já agora. A questão aqui trata-se de, ou convergir logo no primeiro ano, todos, ou convergir ao longo dos três anos. O exemplo que o Eng.º Moras aqui deu foi das Águas do Ribatejo, que todos convergiram no primeiro ano. Reuniram, todos convergem, que é para uns não dizerem “eu pago mais” ou “eu pago menos”. -----

Agora, Sr. António Júlio, de todos os estudos que temos, este foi aquele em que a água é mais barata. As Águas de Portugal aplicavam-nos vinte e sete ponto noventa e quatro (27,94€). Ainda não têm preços, esse é que é o problema, ainda não temos. Agora, o senhor diz: “Por que não as Águas de Trás-os-Montes?” Eu sou o primeiro a defender isso. Por que não? Porque não se entendem todos. O grande estudo que era para ser feito pelo Eng.º Nuno Cardoso era exatamente esse, só que depois o grande problema que nós temos – e foi dado aqui o exemplo também pelo Eng.º Moras – em termos de ramais, a Amadora não chega aos novecentos metros, para uma população enorme. Nós temos dois mil e quatrocentos metros. Ou seja, não é sustentável como estamos. Mas, a grande vantagem, volto a dizer, é os municípios decidirem, terem o mesmo peso na administração (que é importante), e foi o melhor valor que nos apareceu. E este estudo vem desde 2008, foi culminado agora. -----

O 31 de dezembro, não sou eu que o estou a dizer; é o cronograma que o Eng.º Moras apresenta na constituição desta empresa, e que foi validado pela CIMDouro, ou seja, quer para

o Douro Sul, quer para o Douro Interior. Estamos nesta fase, porque 2017 é o início do cadastro. Ou seja, chegámos a um ponto em que temos mesmo uma espada de Dâmocles em cima da cabeça, e daí eu apelar à vossa compreensão e à decisão que tomámos aqui. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Mais alguma questão? Eu aqui abria uma exceção, se houver mesmo dúvidas, dado o melindre que este tema tem, para uma terceira ronda, se for necessário. Ou quarta, ou quinta, as que sejam. Bom, se não há, então vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, **deliberou por maioria**, com 23 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados Maria de Fátima Gonçalves (PS) e António Júlio Andrade (PS)*) **aprovar:** -----

“ a) A constituição, nos termos do n.º1 do artigo 22.º do RJAELPL, de empresa local, sob a forma de sociedade anónima, com a designação Águas do Interior – Norte, EM, SA., na qual o Município participará, como acionista fundador, com uma participação social de € 2.356.125,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e cinco euros), a realizar através da valorização de infraestruturas a integrar no montante de € 2.317.500,00 (dois milhões, trezentos e dezassete mil e quinhentos euros) e de, € 38.625,00 (trinta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco euros) a realizar em dinheiro, em conformidade com a Proposta de Estatutos;-----

b) A proposta de transferência da gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Torre de Moncorvo para a Águas do Interior – Norte, EM, SA., em conformidade com a Proposta de Contrato de Gestão Delegada;-----

c) A aprovação dos documentos infra referidos, que fazem parte dos estudos de viabilidade, reorganização e criação da Águas do Interior – Norte, EM, SA., sociedade que no futuro passará a gerir os sistemas de abastecimento de água, de drenagem águas residuais e nos termos do contrato de gestão delegada, os sistemas de águas pluviais dos municípios que integram a sociedade;-----

Proposta de deliberação;-----

Estatutos;-----

Acordo Parassocial;-----

Estudos Técnicos;-----

EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira;-----



Contrato de Gestão Delegada (que inclui os seguintes anexos)-----

Anexo I – Orientações Estratégicas para a Empresa;-----

Anexo II – Principais iniciativas estratégicas a implementar pela empresa;--

Anexo III – Plano de Investimentos a cargo da Empresa;-----

Anexo IV – Financiamento Direto pelos Municípios;-----

Anexo V – Afetação de bens municipais à prestação de serviços;-----

Anexo VI – Demonstrações financeiras da empresa e plano de
financiamento;-----

Anexo VII – Tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal.-----

de Drenagem de Águas Residuais da Águas do Interior – Norte, EM, SA;-----

Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais no Sistema Público de
Drenagem da Águas do Interior – Norte, EM, SA.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu
por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de
apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

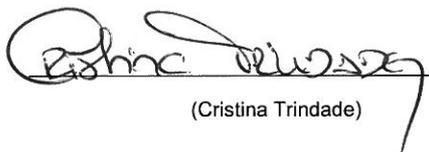
O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)

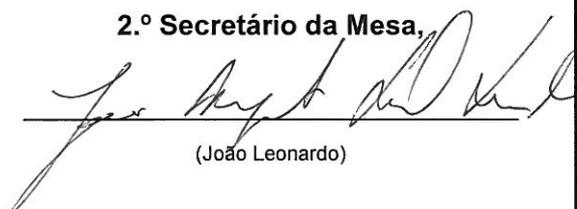


1.ª Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)